Adriane Roso
Taís Fim Alberti
Mirela Massia Sanfelice
Viviane Gomes da Silveira

PSICOLOGIA CONTRA O FASCISMO: PATOLOGIAS DO SOCIAL, SOFRIMENTO E DESAMPARO EM SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Anais da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

UFSM

PSICOLOGIA CONTRA O FASCISMO: PATOLOGIAS DO SOCIAL, SOFRIMENTO E DESAMPARO EM SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

Anais da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Santa Maria, RS

10, 11 e 12 de maio de 2023.

ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

ADRIANE ROSO
TAÍS FIM ALBERTI
MIRELA MASSIA SANFELICE
VIVIANE GOMES DA SILVEIRA

Como citar:

Roso, A., Alberti, T. F. A., Sanfelice, M. M., & Silveira, V. G. da. (orgs.) (2010). Psicologia contra o fascismo: patologias do social, sofrimento e desamparo em sociedades democráticas. *Anais da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria; Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Para reproduções contatar: coord.ppgp@ufsm.br

J82a Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (14. : 2023 : Santa Maria, RS)
Anais da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia [recurso eletrônico] / Santa Maria-RS, 10, 11 e 12 de maio de 2023 ; Adriane Roso, André Oliveira Costa ; organização dos anais Adriane Roso ... [et al.]. – Santa Maria, RS : UFSM, CCSH, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.
1 e-book : il.

Tema: Psicologia contra o fascismo: patologias do social, sofrimento e desamparo em sociedades democráticas
ISBN 978-65-00-81415-6

1. Psicologia - Eventos 2. Psicologia Social – Eventos 3. Democracia 4. Fascismo I. Roso, Adriane II. Costa, André Oliveira III. Título.

CDU 159.9(063)
159.9:316.6(063)
316.6(063)

Ficha catalográfica elaborada por Lizandra Veleda Arabidian - CRB-10/1492
Biblioteca Central da UFSM

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO

Vice-Presidente da República

Gabinete do Ministério da Educação

CAMILO SOBREIRA SANTANA

Ministro de Estado da Educação

ANGELO VINICIUS RODA

Chefe de Gabinete

DENISE PIRES DE CARVALHO

Secretária de Educação Superior

LETÍCIA FERNANDES COSTA

Chefe de Gabinete

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

LUCIANO SCHUCH

Reitor

MARTHA BOHER ADAIME

Vice-Reitora

EDUARDO RIZZATTI

Chefe de Gabinete do Reitor

ALCIONE MANZONI BIDINOTO

Secretário Geral

PAULO RICARDO DE JESUS COSTA FILHO

Assessor de Planejamento Estratégico

JOSÉ CARLOS SEGALLA

Pró-Reitor de Administração

GISELE MARTINS GUIMARÃES

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO

Pró-Reitora de Extensão

ORGANIZAÇÃO DA JORNADA

André Oliveira Costa
Professor Visitante do Pós-Graduação em Psicologia
Presidente da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Adriane Roso
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Vice-Presidenta da XIV Jornada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia

ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA JORNADA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) - Universidade Federal de Santa Maria

Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica Social (VIDAS)

Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Psicologia e Educação (COMPARTILHA)

APOIO INSTITUCIONAL

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH

EQUIPE DE TRABALHO DA JORNADA

Comissão Científica da Jornada

Jana Gonçalves Zappe

Samara Silva dos Santos

Taís Fim Alberti

Pareceristas Ad Hoc

Ana Claudia Pinto da Silva

Camila Almeida Kostulski

Catheline Rubim Brandolt

Thamires Barbosa Pereira Vanessa Fontana da Costa

Vanessa Fontana da Costa

Comissão Organizadora

Adriane Roso

Ana Claudia Pinto da Silva

André Oliveira Costa

Camila Almeida Kostulski

Catiele dos Santos

Daiane Santos do Carmo Kemerich

Daniela Porto Giacomelli

Danilo Peres Bemgochea Junior

Catheline Rubim Brandolt

Gabriély Nunes Moreira

Larissa Goya Pierry

Leonardo Soares Trentin

Luana da Costa Izolan

Mirela Massia Sanfelice

Paulo Sérgio Carvalho da Costa

Priscila Flores Prates

Samara Silva dos Santos

Taís Fim Alberti
Thamires Barbosa Pereira
Vanessa Fontana da Costa
Viviane Gomes Da Silveira

Fotografias\Imagens

Foto: Banner da Jornada (Vanessa Fontana da Costa, 2023).

Foto: Estudantes atentos à palestra, Auditório do CCSH (Adriane Roso, 2023).

Foto: Leitura Dramática de “As Aves da noite”, por Jordana de Moraes (Adriane Roso, 2023)

Foto: Manifestação Estudantil contra corte de investimentos na Educação, UFSM, 2022 (Adriane Roso, 2023).

Design: Banner de Cabeçalho dos Anais (Paulo Sérgio Carvalho da Costa, 2023).

Arte: *Heading* e Cartaz de Divulgação (Paulo Sérgio Carvalho da Costa, 2023).

SIGLAS

O – Orientadora ou Orientador

C – Colaborador

CO – Coorientadora ou Coorientador

ET – Externo

EX – Extensão

GR – Graduação

IC – Iniciação Científica

PG – Pós-Graduação

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

INTRODUÇÃO

Adriane Roso

É com imenso prazer que abri os trabalhos da XIV Jornada do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSM, realizada entre os dias 10, 11 e 12 de maio de 2023, teve com título “A Psicologia contra o Fascismo: patologias do social, sofrimento e desamparo em sociedades democráticas”.
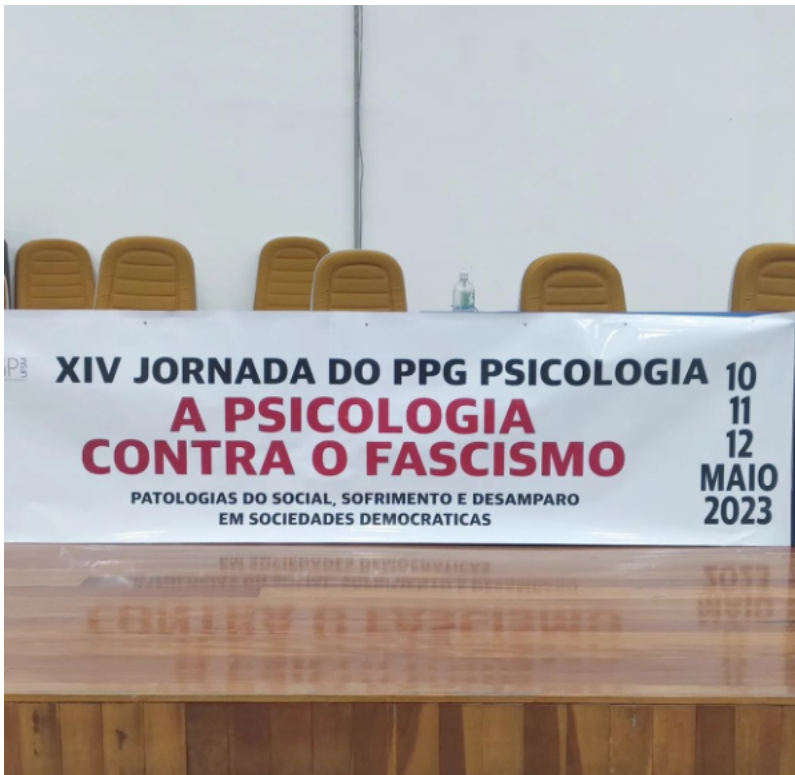
Foto: Banner da Jornada (Vanessa Fontana da Costa, 2023).

Seguindo as tendências pós-pandemia da Covid-19, a modalidade escolhida para o evento foi a híbrida, quando as seguintes atividades ocorreram tanto no formato presencial quanto com recursos online: conferências, palestra, apresentação de trabalhos das\os participantes no evento e apresentações culturais e artísticas (consulte Apêndice 1 – Programação e Apêndice 2 -Cartaz de Divulgação). É uma aposta em uma pedagogia Freireana que visa:

> a) o cultivo da curiosidade; b) as práticas horizontais mediadas pelo diálogo; c) os atos de leitura do mundo; d) a problematização desse mundo; e) a ampliação do conhecimento que se detém sobre o mundo problematizado; f) a interligação dos conteúdos apreendidos; g) o compartilhamento do mundo conhecido, tendo por base o processo de construção e reconstrução do conhecimento". (Arelaro & Cabral, 2020, p.21)

Como nas demais Jornadas do nosso Programa, esta busca conectar as produções da comunidade acadêmica da UFSM e outras Instituições de Ensino Superior (IES). Um diferencial desta Jornada foi o investimento em "trazer para dentro" da universidade pessoas e coletivos da comunidade. Nesse sentido, contamos com a participação de coletivos que foram criados na cidade de Santa Maria e que lutam com\pelas comunidades locais. Assim, visamos compartilhar com o contexto universitário não apenas teorias, mas acontecimentos que atravessam a esfera social, engendrando um alinhamento entre conhecimentos científicos, práticas, vivências e experiências – não permitir que as teorias sejam meros instrumentos técnicos de replicação; que elas nos toquem ao ponto de se transformar em experiência. Afinal, "A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca" (Bondía, 2002, p.21).

Saúde mental, educação, políticas de reprodução, sexualidade, socioeducação, desenvolvimento na infância e adolescência são algumas das temáticas trabalhadas pelo PPGP/UFSM, no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A partir delas, buscamos refletir sobre a importância e função social da psicologia, enquanto ciência e prática, na constituição das relações inter\intra pessoais e subjetivas, levando em conta que elas são construídas por uma

pluralidade de sujeitos singulares e saberes plurais e diversos.

A Jornada contou com uma Conferência de abertura, uma intermediária e outra de Encerramento. A conferência de abertura foi proferida pela Profª Drª Andréa Máris Campos Guerra, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Andréa atua como professora adjunta do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. A Conferência Intermediária foi proferida pelo Prof. Dr. Jorge Broide, doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUSP), atua na mesma instituição que obteve o título de doutor, PUCSP, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. A Conferência de Encerramento foi proferida pela Profª Drª Aline Calvo Hernández. Com doutorado em Psicologia Social e Metodologia pela *Universidad Autônoma de Madrid* e Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atua como professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Básicos. Também é professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Além das conferências, contamos com a palestra e mesa redonda. A palestra foi ministrada pelo psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Leandro Inácio Walter. Ele atuou no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, como conselheiro na gestão Frente em Defesa da Psicologia (2019 – 2022), presidindo a Comissão de Ética.

Foto: Estudantes atentos à palestra, Auditório do CCSH (Adriane Roso, 2023).

A mesa-redonda foi composta por dois membros dos coletivos de Santa Maria, Gabriel Rovadoschi, Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria e a psicóloga e Vanessa Solis Pereira, psicóloga, integrante do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria, representante do Eixo Kiss. No Hall de entrada do Prédio do Centro de Tecnologia - CT, onde ocorreu grande parte da Jornada, contamos com a exposição de fotos do fotógrafo Dartanhan Baldez Figueiredo (@baldezfigueiredo), integrante da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM). As fotos designam abraços que confortam, a potência do grupo e a luta que segue.

A Jornada foi aberta com a apresentação da artista Jordana de Moraes. Ela compartilhou uma adaptação para leitura dramática de trechos de uma peça da Hilda Hilst. A encenação, no palco à penumbra, o escrito “As Aves da noite”, de Hilda (2008\1968) se corporificam em Jordana:

AUSCHWITZ, 1941

Do campo de concentração fugiu um prisioneiro. Em represália os SS, por sorteio, condenaram alguns homens a morrer no Porão da Fome. Figurava entre os sorteados o prisioneiro no 5659, que começou a chorar. O padre católico franciscano, Maximilian Kolbe, prisioneiro de no 16670, se ofereceu para ocupar o lugar do n. 5659. Foi aceito. Os prisioneiros foram jogados numa cela de concreto onde ficaram até a morte. O que se passou no chamado Porão da Fome [grifo nosso] ninguém jamais soube. A cela é hoje um monumento. Em 24 de maio de 1948, teve início, em Roma, o processo de beatificação do Padre Maximilian Kolbe.
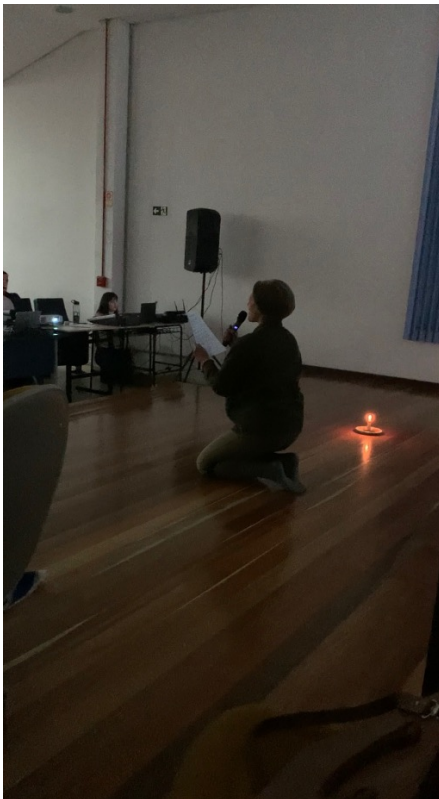
Foto: Leitura Dramática de "As Aves da noite", por Jordana de Moraes (Adriane Roso, 2023)

A decisão por intitular a Jornada como "A Psicologia contra o Fascismo: patologias do social, sofrimento e desamparo em sociedades democráticas" foi, quiçá, arriscada e, consequentemente, nos colocou alguns desafios. A ideia colocar em evidência que pensamentos e práticas fascistas no campo da Psicologia (e em outros, é claro) ferem o Código de Ética Profissional das\os Psicólogos e os princípios dos Direitos Humanos.

Quando lançamos a

proposta desta discussão na Jornada, colocando o tema do fascismo como central, houve algumas resistências. “Será mesmo que isso é uma discussão para a Psicologia? E se formos atacadas? Se houver boicote, protestos?”. Apesar da insegurança de algumas alunas em apostar nessa problemática, grande parte da equipe organizadora conseguiu justificar a escolha e, ao final de debates, conseguimos marcar essa Jornada como uma luta da Psicologia contra o fascismo.

Acredito que conseguimos atingir nossos propósitos à medida que colocamos em pauta questões caras à nossa ciência: as patologias do social, os sofrimentos psicossociais e o desamparo amplificados pelas políticas de morte de um Governo que não se importou com seus cidadãos e cidadãs, que desmontou políticas que visavam garantir os direitos das populações minoritárias, que criticou a profissão psicóloga\o.

Indo na contramão dessa necropolítica - essas “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” e que “reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (Mbembe, 2017, p.146) - nossa luta nessa Jornada e na Psicologia é pela democracia, por uma política que exige respeito, criatividade, poesia marginal, arte contestatória. Pensando nisso, decidimos alterar o modo tradicional de apresentação de trabalhos na Jornada: apresentação de *podcast* ou vídeos. Os inscritos na Jornada poderiam submeter trabalhos que tivessem como enfoque a contribuição social da psicologia em diferentes contextos. Ao submeter, deveriam indicar o contexto ao qual o trabalho se inseria, bem como a contribuição social do mesmo, considerando as perspectivas e ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Foram 36 trabalhos inscritos e 34 aceitos, um número que consideramos expressivo, haja vista a inovação na modalidade de trabalhos (*podcast* ou vídeos). Os trabalhos aceitos ficaram disponíveis aos inscritos, na internet, antes da Jornada ocorrer, de modo que cada participante viesse para a apresentação dos trabalhos já tendo assistido os *podcast* ou vídeos. Nos dias de apresentação, realizamos discussões, em formato de roda de conversa, sobre os materiais compartilhados antecipadamente.

Por fim, gostaria de lembrar que uma Jornada científica começa muito antes do evento em si. O processo que viabiliza

o “espetáculo” ao público é composto pela escrita e registro institucional do projeto, pelas diversas reuniões dos integrantes da Comissão Organizadora, pela logística, pela leitura e avaliação dos trabalhos, elaboração e publicação do Anais do evento, e escrita de relatório final. Desde o segundo semestre de 2022, foram muitas pessoas envolvidas nesse processo – docentes, estudantes da pós-graduação e servidoras\es. O registro de agradecimento nessa introdução não captura a dimensão dos esforços empreendidos, mas queremos deixar ressaltado esse valor do coletivo – juntas\os somos sempre mais fortes! E que venham outras jornadas para compartilhamos o que se produz e se pensa no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSM – não podemos e não vamos deixar ficar em **porões da fome**. Uma Jornada dessa natureza também é um protesto às necropolíticas.
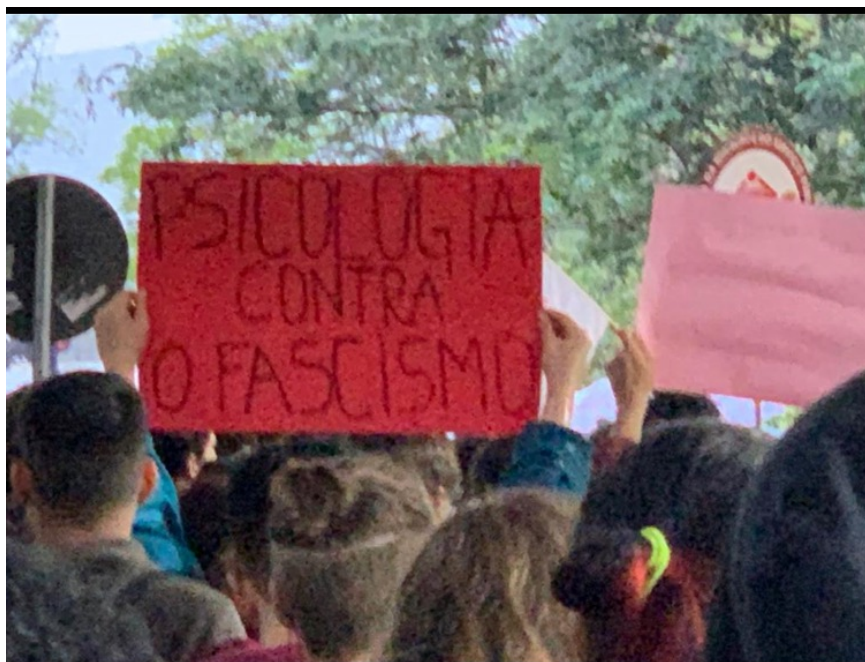
Foto: Manifestação Estudantil contra corte de investimentos na Educação, UFSM, 2022 (Adriane Roso, 2023).

REFERÊNCIAS

Arelaro, Lisete Regina Gomes & Cabral, Maria Regina Martins (2020). Paulo Freire: por uma teoria e práxis transformadora. In Arelaro, Lisete Regina Gomes, Escritos sobre políticas públicas em educação, pp.21-44. São Paulo: FEUSP.

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiencia. Revista Brasileira de Educação, 19, Jan/Fev/Mar/Abr. https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt

Hilst, Hilda (2008). Teatro completo. São Paulo: Globo.

Mbembe, A. (2017). Necropolítica. arte e ensaios, 2 (32), 122-151. doi: https://doi.org/10.60001/ae.n32

A PSICOLOGIA CONTRA O FASCISMO PARA UM BRASIL MAIS DEMOCRÁTICO

André Oliveira Costa

A temática da Jornada foi escolhida a partir de considerações a respeito do atual contexto político e social brasileiro. Reconhecemos o golpe contra o governo de Dilma Rousseff (PT), em 2016, orquestrado pelos partidos da direita e sancionado pela mídia e pela sociedade brasileira, como o marco fundamental para compreender a guinada fascista que até hoje ameaça solapar as estruturas democráticas de nosso país. O objetivo principal deste golpe antidemocrático era o impeachment da então presidenta reeleita democraticamente pelo voto popular em 2014, tendo como justificativa acusações como desrespeito à lei orçamentária e à lei da improbidade administrativa, as chamadas "pedaladas fiscais".

Contudo, como decisão irrevogável, em setembro de 2022, o Ministério Público Federal arquivou os inquéritos sobre as supostas irregularidades fiscais, deixando explícito na decisão a não existência e a não comprovação do crime acusado contra a então presidenta, conforme o relatório da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - Combate a corrupção, citado pela reportagem do jornalista Eduardo Reina (2022), publicada no site Conjur - Consultor Jurídico: "tanto o Tribunal de Contas da União quanto a Corregedoria do Ministério da Economia afastaram a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos que concorreram para as pedaladas fiscais do ano de 2015, seja em virtude da constatação da boa-fé dos implicados, seja porquanto apenas procederam em conformidade com as práticas do MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)". Por sua vez, em agosto de 2023, a 10ª turma do Tribunal Regional

Federal da 1ª Região (TRF-1) confirmou a sentença, mantendo o arquivamento de ação por improbidade administrativa contra a ex-presidenta.

O golpe orquestrado contra a então presidenta Dilma Rousseff levou à cassação de seu mandato e sua substituição pelo então vice-presidente Michel Temer (MDB), dando início de uma série de atentados e violências contra a democracia brasileira. Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, a população brasileira, bem como as mais altas instituições políticas e sociais responsáveis pela defesa da democracia testemunharam uma das maiores afrontas contra a constituição brasileira e a história de nosso país sem, no entanto, tomarem nenhuma ação contrária ou opositora. Em uma noite estarrecedora, inesquecível para qualquer cidadão brasileiro, a votação contra a presidenta Dilma, ocorrida na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília, que deu início ao rito do impeachment. Este processo de votação mostrou ao vivo para todo o país, entre os 367 deputados que votaram a favor da cassação presidencial, um dos deputados dedicando o seu voto a um dos principais torturadores da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), ex-chefe do DOI-CODI do Exército de São Paulo, entre 1970 e 1974, e responsável, como foi apresentado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, pela morte e desaparecimento de mais de 50 pessoas e pela tortura de mais de 500 pessoas, incluindo crianças e bebês: "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim" (Estadão, 2019), declarou o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PSC). Como se sabe, a homenagem, o elogio e a apologia à Ditadura Civil-Militar brasileira são considerados crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83), na Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/50) e no próprio Código Penal (artigo 287). Nada, porém, foi feito contra isso.

Jair Messias Bolsonaro, como sabemos, veio a ser eleito presidente da República Federativa do Brasil em 2018, dois anos depois do golpe contra Dilma Rousseff. Durante seu mandato vimos a reiteração de atentados e afrontas contra a democracia, contra as instituições públicas e contra a população brasileira. A política nacionalista e conservadora de seu governo remete a formas fascistas de organização e gerenciamento da política e da vida pública de um país.

São muitas as pesquisas, matérias de jornais e livros que reconstroem a história do fascismo no Brasil. Em 2019, a editora da Universidade Federal de Minas Gerais (2019) publicou uma série de três reportagens sobre os 100 anos do fascismo no Brasil, onde afirma, por exemplo, que "[...] a Ação Integralista Brasileira (AIB) é considerada o maior movimento de inspiração fascista fora da Europa e o primeiro movimento de massa do Brasil". Reconhecendo que o fascismo não é uma política nova em nosso país, Maurício Brum (2022) reitera, no artigo "O fascismo no Brasil - Como o paulista Plínio Salgado usou ideias de Hitler e Mussolini para criar a Ação Integralista Brasileira, partido que chegou ter 600 mil adeptos no País", publicado na revista Super Interessante, que o Partido Integralista, fundado na década de 1930, além de ter sido o maior partido fascista fora da Itália, ainda produz consequências atuais no Brasil.

São muitos, também, os textos e produções acadêmicas que associam o governo de Jair Bolsonaro (PL) às políticas de raízes fascistas. Como artigos, destacamos a publicação dos pesquisadores Guilherme Simões Reis e Giovanna Soares (2017), na revista Desenvolvimento em Debate, onde, a partir de análise de discursos pró-golpes em 2013 e 2016, puderam concluir que "O ressurgimento do fascismo, juntamente com a ascensão do voto religioso, torna as disputas políticas no Brasil mais complexas do que a clássica clivagem socioeconômica direita x esquerda [...]", assim como "[...] percebe-se um processo de fascistização no seio da sociedade brasileira. A análise do discurso do deputado Jair Bolsonaro indica que ele se credencia como possível líder fascista". O livro "Nova direita, Bolsonarismo e Fascismo: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo", organizado por Mayara dos Santos e João de Miranda (2020), traz uma série de 15 artigos que têm como objetivo compreender a gestação do fascismo brasileiro, estudar os aspectos centrais daquilo que caracteriza a Nova Direita no Brasil, entender as facetas ocultas presentes nas redes sociais em torno do bolsonarismo, esmiuçar as tentativas de instituição de novas narrativas históricas e sociológicas por parte da Nova Direita, analisar institutos privados, agentes financeiros e das elites empresariais e do agronegócio no apoio ao bolsonarismo são alguns dos objetivos do livro que deixam claro seu aspecto combativo e crítico.

O livro de Rudá Ricci (2022), "Fascismo brasileiro: e o Brasil gerou seu ovo da serpente", busca na teoria psicanalítica de Freud as raízes para pensar os mecanismos que levam sujeitos

pacíficos a agir de modo agressivo e minar os princípios da política e como o Brasil precisará analisar a violência recalcada que o constitui. A autora recorda que, na manhã do dia 22 de novembro de 2021, durante entrevista com apoiadores no chamado “cercadinho” do Palácio do Planalto, Bolsonaro toma como referência a política educacional da Alemanha nazista: “A gente via que Hitler trabalhava com as crianças. Nosso Ministério da Educação já poderia estar fazendo também um trabalho com as crianças de conscientização”, disse o então presidente da República (Bolsonaro como citado em Ricci, 2022, p. 30). Armando Boito, em seu artigo “O caminho brasileiro para o fascismo” (2021), publicado na revista Caderno RH, descreve a natureza do governo Bolsonaro, da sua base social de apoio mais ativa e da crise política que lhe deu origem, caracterizando o governo e sua base social como (neo)fascistas.

A renomada revista do Instituto Humanitas, da UNISINOS, em entrevista com o professor de História da UFSJ Francisco Carlos Teixeira da Silva (2022), afirma: “Hoje, o fascismo brasileiro se apresenta sob a forma do bolsonarismo, forma de agir político que hegemonizou as direitas dispersas e competitivas no país”. Em outro artigo publicado na mesma revista, Leandro Pereira Gonçalvez (2022), professor da UFJF, afirma que “[...] a ética integralista é enfatizada de forma recorrente nos discursos do presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro. “‘Deus, Pátria e Família’ é o slogan fascista mais repetido ao longo deste governo. Foi naturalizado dentro da política. O integralismo representa a extrema-direita mais ideologicamente consistente da história do Brasil”.

Em outra reportagem, “Fascismo está na raiz do bolsonarismo, diz coordenador do Observatório da Extrema Direita”, publicada pela revista Brasil de Fato, Paulo Motoryn (2021), em entrevista com Odilon Caldeira Neto, professor de História Contemporânea na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), afirma que “[...] não é possível separar o bolsonarismo da tradição de movimentos históricos, com décadas de organização no Brasil, como o integralismo [...]” e que “O bolsonarismo quando está em busca de algum fenômeno de ativação ou agitação das suas bases mais radicais começa a incorporar ou a exteriorizar a suas credenciais mais próximas ao fascismo ou agrupamentos da extrema direita mais intolerante, da direita alternativa norte-americana”. Enfim, como dissemos, são inúmeras as

pesquisas, reportagens, livros e entrevistas que buscam compreender a política fascista em relação ao Bolsonarismo, especialmente suas origens, heranças e tradições nos partidos fascistas brasileiros existentes durante as primeiras décadas do início do século XX.

Ainda sob efeitos de uma política fascista e antidemocrática, incluímos os ataques a favor do Golpe de Estado, ocorridos em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023, uma semana após a eleição do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente da República. Estes atos antidemocráticos, realizados por seguidores e apoiadores de Jair Bolsonaro, contrariados com o resultado das eleições de 2021, levantaram-se, financiados por empresas apoiadoras do então candidato à reeleição e apoiados pela Polícia Militar e pelos órgãos competentes da segurança pública nacional, em marcha em direção à sede dos três poderes, em Brasília, com o intuito explícito de destruição da Câmara dos Deputados Federais, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Este levante antidemocrático acarretou na destruição de patrimônios públicos, de obras de arte (das quais destacamos o quadro “As Mulatas”, de Di Cavalcanti, o relógio Balthazar Martinot, presenteado pelo Rei Louis XIV a Dom João VI e trazido pela corte portuguesa ao Brasil em 1808, a estátua “A Justiça”, de Alfredo Ceschiatti, a escultura “O Flautista”, de Bruno Giorgi, a obra “Galhos e Sombras”, de Frans Krajcberg, a pintura “A bandeira do Brasil”, de Jorge Eduardo, entre tantos outros), além da destruição de documentos e de móveis, em um prejuízo inestimável e irrecuperável para a história e para a cultura de nosso país.

Diante destes últimos acontecimentos, o Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSM considera impreterível o questionamento sobre o futuro da democracia brasileira e sobre o papel da psicologia como forma de resistência contra todas as manifestações antidemocráticas. É notório que a área da saúde, em suas mais amplas áreas de concentração, está intimamente atrelada à efetivação da democracia, na medida em que apenas em contexto democrático podemos vivenciar relações sociais que consideram os direitos humanos, o respeito à diversidade e à pluralidade, a liberdade de expressão e as contradições próprias do pensar reflexivo. O contrário da democracia, como sabemos, são sociedades totalitárias e ditatoriais, que se realizam em ideologias fascistas, sempre renovadas de acordo com seu contexto e história. No Brasil, estamos sempre em risco de

resvalar para os avessos da democracia, como afirmou o sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda (1995): “A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido” (p. 50). Não é possível, então, pensarmos na efetividade de um Estado democrático de direito para o Brasil enquanto estivermos testemunhando diariamente violências do próprio Estado contra sua população mais vulnerável, políticas de discriminação racial ou a produção de desigualdades sociais entre aqueles que economicamente são detentores de maior capital e os que são mais desfavorecidos.

No dia 24 de abril de 1995, o eminente pensador italiano Umberto Eco proferiu na Universidade de Columbia, em Nova York, o discurso “Os 14 sintomas do fascismo eterno”, publicado no Brasil pela editora Record, em 2019, no livro “O Fascismo Eterno” (Eco, 2019). Nesta fala, Eco reconhece que o Ur-fascismo tem como característica principal o apego à tradição, principalmente pela verdade e pela sabedoria que as tradições portam. Neste sentido, como afirma a psicóloga Rosana de Souza Coelho (2021), trata-se de “uma verdade anunciada de uma vez por todas, e que serve de guia interpretativo. Como consequência, não há por que ter avanços na aquisição do saber. Tudo já se sabe, de uma vez por todas, nesta verdade anunciada. (p. 3)”

De acordo com Eco, o culto à tradição vem fazer contraponto ao pensamento e à reflexão, de modo que os ataques fascistas objetivam diretamente as universidades, as instituições de pesquisa científica, a legitimidade dos discursos e do caráter pessoal dos intelectuais. Nos primeiros pontos destacados por Eco (2019), ele afirma: “[...] não pode haver avanços. A verdade já foi enunciada de uma vez por todas [...]” (p. 44) e “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas [...]” (p. 47). Outra característica do fascismo, destacada por Eco, é o imediato silenciamento da diferença, do desacordo e das diversidades. O pensamento político fascista busca a convergência, o consenso e a identidade. Por isso, o primeiro ataque fascista é contra qualquer intruso que desestabilize ou ameace sua estrutura. O fascismo, diz Eco, é racista por definição. Mas também misógino, aporafóbico, xenofóbico, preconceituoso contra indígenas, contra seres não-humanos e contra a própria natureza. O nacionalismo e patriotismo viram ideologias fundantes do Ur-fascismo: “Para o Ur-Fascismo não há luta pela vida, mas antes “vida para a luta”. Logo, o pacifismo é conluio com o inimigo; o pacifismo é mau porque a vida é

uma guerra permanente [...]”, diz Umberto Eco (p. 52). O armamentismo da população, então, torna-se outra plataforma fundamental para as políticas fascistas, na medida em que qualquer indivíduo pode e deve ser considerado um intruso e um inimigo, portanto, uma ameaça a qual se tem o direito de eliminar.

Diante do contexto político e social de nosso país, a psicologia possui um papel fundamental, como ciência e prática, na luta contra as políticas que visam discursos totalitários e ditatoriais. Acompanhamos o pensamento crítico do de Juan Martín-Baró, que sustentou uma psicologia da libertação no contexto da revolução de El Salvador e que teve como consequência o seu assassinato no Massacre da UCA, em 1989, pelas mãos do exército salvadorenho. Martín-Baró, em sua conferência “O papel do psicólogo”, realizada em 4 de outubro de 1985, na Universidade de Costa Rica e publicada no Boletín de Psicología UCA, sustenta a importância da psicologia na transformação da realidade, libertando as populações, especialmente aquelas presentes em países latinoamericanos, das amarras da dominação de grandes potências estatais, refletindo sobre a emancipação, pela psicologia, de modelos hegemônicos que buscam moldar as mentes e os comportamentos “[...] através de modelos dominantes que se baseavam no positivismo, no individualismo, no hedonismo e em uma visão homeostática da ciência que, além disso, se posicionava de maneira a-histórica [...]” (Maria Sara de Lima Dias, 2020). Nas palavras de Martín-Baró:

> O problema reside nas próprias virtualidades da psicologia como quefazer teórico-prático. Não se trata, portanto, de se perguntar o que pretende cada um fazer com a psicologia, mas antes e fundamentalmente, para onde vai, levado por seu próprio peso, o quefazer psicológico; que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade (1996, p. 13).

Para Martin-Baró, é imprescindível que a psicologia atue dentro do contexto das dinâmicas de luta de classe da sociedade onde seus agentes estão inseridos. A psicologia não pode ser devedora de pensamentos hegemônicos, correndo sempre o risco de ser ela própria a reprodutora de violências.

À\Ao psicóloga\o, então, cabe a tarefa de escutar, proteger e atuar a favor de classes populares, submetidas normalmente ao controle, ao poder e ao domínio de classes dominantes. É imprescindível também, neste projeto de uma psicologia crítica, examinarmos nossa própria história, quem somos e o que poderíamos ter sido, em um processo constante de "conscientização", de transformação pessoal e social.

Na história brasileira, sabemos os riscos quando a psicologia e as profissões da área da saúde assumem o discurso das instituições hegemônicas, das classes dominantes e dos grupos que dominam o poder. Sem questionar sua própria posição, acabam por reproduzir violências que vão de encontro às suas éticas fundantes, regidas pelos direitos humanos, pelo respeito e promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas, trabalhando pela a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, como encontramos na descrição dos princípios fundamentais do Código de Ética elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (2005).

É histórico e notório a participação de médicos psicanalistas em sessões de torturas, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Helena Vianna (1999), em seu livro Não conte a ninguém, publicado pela editora Imago, descreve o envolvimento e a responsabilidade, não apenas do médico envolvido se não diretamente nas torturas, ao menos no auxílio aos torturadores com a manutenção das condições de sobrevivência do torturado para que as sessões pudessem prosseguir, mas também a autora descreve a conivência e a proteção que as Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), presidida por Leão Cabernite. Sob a máscara da "neutralidade" e do "apoliticismo", diz Vianna: "Ainda que manifestando-se publicamente como entidades distantes ou acima da situação política do país, terminaram, como já assinalara Derrida, por se tornarem instrumentos da forma mais repressiva do político, ao utilizarem os mesmos métodos repressivos governamentais em suas próprias relações tanto internas quanto externas (1999, p. 164-165).

O caso veio a público pelo Jornal do Brasil, através da denúncia de Helena Vianna, contando com a ajuda de colegas psicanalistas e intelectuais, como Hélio Pellegrino e René Major. Tanto a SPRJ quanto a SBPRJ se manifestaram

defendendo o psicanalista torturador e acusando Helena Vianna de que suas denúncias procuravam apenas denegrir a psicanálise. Em seu recente livro sobre a vida e a obra de Sigmund Freud, Freud: na sua época e em nosso tempo, a psicanalista e historiadora Elisabeth Roudinesco reconhece a importância da responsabilização da psicologia para que acontecimentos dessa gravidade não se repitam no futuro. Para Roudinesco, o silenciamento sobre a participação do psicanalista em sessões de tortura durante a Ditadura Civil-Militar brasileira são consequências também do silenciamento de psicanalistas e de instituições de psicanálise na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Diz a autora: “A política de pretenso “salvamento” da psicanálise, orquestrada por Jones e apoiada por Freud, verificou-se um completo fracasso, que se traduzirá, na Alemanha como em toda a Europa, por uma colaboração pura e simples com o nazismo [...]” (2016, p. 500). Ela, então, prossegue reconhecendo as consequências de uma disciplina da área da saúde, como a psicologia, não assumir uma posição crítica diante de políticas fascistas ou em governos totalitários e ditatoriais: “E, sobretudo, essa desastrosa atitude de neutralidade, de não engajamento, de apolitismo, não teria se repetido posteriormente sob outras ditaduras, como no Brasil, na Argentina e em outras partes do mundo.” (Roudinesco, 2016, p. 500).

Seguindo a proposição ética que implica a psicologia e as\os profissionais de psicologia em uma responsabilidade pelos indivíduos e pela sociedade do qual faz parte, a XIV Jornada de Abertura do PPGP/UFSM, intitulada “A Psicologia contra o Fascismo: patologias do social, sofrimento e desamparo em sociedades democráticas”, se propôs a refletir criticamente sobre suas possibilidades diante do surgimento de políticas de Estado que flertam com o fascismo. O que pode a psicologia contra o fascismo? Quais são as responsabilidades da psicologia quando ela se encontra frente a circunstâncias de regresso civilizatório, onde os laços sociais são ameaçados pelo domínio de interesses que flertam com políticas fascistas? O que a psicologia pode fazer quando a democracia é atacada diretamente em seus princípios fundamentais? Estas são algumas das perguntas que nós fizemos e a partir das quais conversamos com nossas\os palestrantes convidadas\os e com as pessoas que participaram do evento.

REFERÊNCIAS

Martin-Baró, I. (1996). *O papel do psicólogo*. Estudos de Psicologia, jun. 2(1). https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?lang=pt

Brum, M. (2022). *O fascismo no Brasil: como o paulista Plínio Salgado usou ideias de Hitler e Mussolini para criar a Ação Integralista Brasileira, partido que chegou ter 600 mil adeptos no País*. Super Interessante. https://super.abril.com.br/historia/o-fascismo-no-brasil/

Boito, A. (2021). O caminho brasileiro para o fascismo. *Revista Caderno CRH*, *34*, 1-24. https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578

Coelho, R. (2022). *Do pai ao pior: notas sobre o fascismo nosso de cada dia. Psicanálise e Democracia*. http://psicanalisedemocracia.com.br/2022/10/do-pai-ao-pior-notas-sobre-o-fascismo-nosso-de-cada-dia-rosana-de-souza-coelho

Dias, M. S. L. (2020). *O legado de Martin-Baró: a questão da consciência latino american.*. Psicologia Para América Latina, n. 33, p. 11-22. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100003

Eco, U. (2019) Fascismo Eterno. São Paulo: Record.

[Estadão]. (8 de agosto de 2019). *Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016* [Vídeo]. Estadão. https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A

Gonçalves, L. (2022). *Como "Deus, Pátria e Família" entrou na política do Brasil*. Instituto Humanitas Unisinos. https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/622866-como-deus-patria-e-familia-entrou-na-politica-do-brasil

Hollanda, S. B. (1936\1991). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Motoryn, P. (2021). *Fascismo está na raiz do bolsonarismo, diz coordenador do Observatório da Extrema Direita*. Revista Brasil de Fato. https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/fascismo-esta-na-raiz-do-bolsonarismo-diz-coordenador-do-observatorio-da-extrema-direita.

Ricci, R. (2022). O ovo da serpente e como o Brasil gerou seu ovo da serpente. Curitiba, PR: Kotter Editorial.

Reina, E. (2022). *MPF arquiva inquérito sobre pedaladas que levaram ao impeachment de Dilma*. Consultor JuríDico. https://www.conjur.com.br/2022-set-22/mpf-arquiva-inquerito-pedaladas-ligadas-impeachment-dilma

Reis, G. S. e Soares, G. (2017). O Fascismo no Brasil: O Ovo da Serpente Chocou. *Revista Desenvolvimento em Debate*, *5*(1), 51-71. https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32164/18223

Santos, M. e Miranda, J. (2020). *Nova direita, Bolsonarismo e Fascismo: Reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. Texto e Contexto Editora. https://textoecontextoeditora.com.br/produto/detalhe/nova-direita-bolsonarismo-e-fascismo-reflexoes-sobre-o-brasil/45

Silva, F. (2022). *O bolsofascismo brasileiro unifica a direita historicamente repulsiva às transformações sociais*. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos. Instituto Humanitas Unisinos. https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/623604-o-bolsofascismo-brasileiro-unifica-a-direita-historicamente-repulsiva-as-transformacoes-sociais-entrevista-especial-com-francisco-carlos-teixeira-da-silva

Universidade Federal de Minas Gerais. (2019). *Fascismo: 100 anos*. Universidade Federal de Minas Gerais. https://ufmg.br/comunicacao/noticias/100-anos-do-fascismo-serie-discute-influencia-da-ideologia-de-mussolini-a-atualidade

Vianna, H. B. (1999). *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1999.

ANAIS DA XIV JORNADA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Organização dos Anais
Adriane Roso
Taís Fim Alberti
Mirela Massia Sanfelice
Viviane Gomes da Silveira

APLICAÇÃO DE TESTES PSICOMÉTRICOS EM PESQUISA COM CRIANÇAS: RELATO DE CASO

Souza, A. M., Vasconcellos, S. J. L., Paniz, C. & Moreira, G. N.

As primeiras experiências na infância, bem como intervenções e serviços prestados nessa fase, são considerados como norteadores do desenvolvimento físico, psíquico e social. Em primeira instância, os processos psicológicos básicos são construtos com maior alcance para testagem psicológica, devido à praticidade de aplicação de alguns instrumentos. O objetivo deste trabalho é relatar as experiências de aplicação de testes em crianças do primeiro ano do ensino fundamental em escolas públicas, com a finalidade de medir a correlação da nutrição com o desenvolvimento cognitivo. Para esta avaliação foram utilizados os testes Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (CPM-RAVEN) e Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção (BPA). A pesquisa é de autoria do Departamento de Análises clínicas e Toxicológicas em parceria com o grupo Pesquisa e Avaliação de Alterações da Cognição Social (PAACS), ambos vinculados à Universidade Federal de Santa Maria. Como resultados preliminares, percebeu-se considerável diferença entre o desempenho das crianças nas diferentes escolas participantes. Uma das hipóteses para esse ocorrido pode ser a diferença na quantidade e qualidade de alimentação e de estímulos oferecidos aos infantes. Além disso, era notável que, na ocasião, algumas crianças estavam empolgadas em realizar os testes, já que foi apresentado a elas como uma brincadeira. Contudo, houve efeitos diferentes dessa situação lúdica em cada escola, visto que alguns dos participantes não conseguiram manter o foco e a vontade até o final da aplicação dos instrumentos de testagem. Ademais, as crianças mostravam-se afetuosas com os aplicadores, o que pode indicar, um *rapport* satisfatório dos pesquisadores. Por conseguinte, conclui-se necessário que se reconheça a importância de direcionar estudos e pesquisas para áreas que incluam o público-alvo supracitado, não só pela pertinência dos resultados dos testes, mas também para que o desenvolvimento infantil na fase escolar seja explorado, com o objetivo de implementar políticas públicas relacionadas à população relatada.

QUEM VAI PAGAR A CONTA? REFLEXÕES DIANTE DE UM CENÁRIO TRANSPANDÊMICO

Sousa Junior, P. de T. X., Dias e Dias, I. & Quintana, A. M.

Chegando na marca de quase três anos de pandemia da Covid-19 no Brasil, é perceptível que o momento atual respira com um pouco mais de alívio em relação ao que foi enfrentado em 2020. Diante disso, o Sistema Único de Saúde, abreviadamente SUS, assumiu grande parte da responsabilidade no que tange o cuidado a população. Independente das condições, o sistema é oriundo de um direito asseguro publicamente pelo Estado. Com base em todas as estratégias e ações realizadas (ou não) no combate a pandemia, como que a saúde no Brasil se encaminha perante os próximos períodos? É com base neste questionamento a qual se debruça a gênese deste trabalho. O presente estudo possui como objetivo discutir como que instituições e serviços públicos de saúde no Brasil enfrentarão as consequências sentenciadas em um cenário pós pandemia. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental, realizada com base em notícias de portais e revistas virtuais. Foram acessadas reportagens com base no objetivo deste trabalho datadas do ano de 2021 e 2022. Após uma seleção, foram escolhidas quinze manchetes as quais representavam as discussões pensadas para este espaço. Posteriormente a esta escolha, os resultados foram submetidos diante do software IRAMUTEQ. Com base nas ferramentas deste aplicativo, a maneira de organização e analisa em questão foi por meio da nuvem de palavras. Os resultados apontaram as seguintes palavras de maior frequência observada: saúde mental, ansiedade, depressão, financiamento, transtornos mentais, trabalho e serviços de saúde. Com base nesta frequência se observou a necessidade de um maior cuidado no que tange a saúde mental, visto que a população estará mais suscetível a adoecimentos psicológicos. Isso causa impacto direto na rede de saúde mental no país, onde será preciso uma articulação e ampliamento desta mesma organização como forma de acessibilidade as pessoas que padecerão disso. Além do mais, essa população estará mais predisposta ao desenvolvimento de adoecimentos como depressão, ansiedade e outros transtornos mentais. Isso não aplicado apenas a população,

bem como aos profissionais de saúde as quais enfrentarão percalços no que dizem respeito as ações cotidianas laborais nestas instituições públicas de saúde. Outro ponto, mas não menos importante, diz respeito ao sucateamento do SUS, ocasionando em falta de políticas públicas, intervenções e serviços destinado a este bem-estar pessoal e coletivo. É preciso, portanto, pensar nestas questões no aqui agora, como forma de prevenção e promoção da saúde. Só assim essa conta não terá um preço alto a ser pago por brasileiras e brasileiros.

Sousa Junior, Paulo de Tarso Xavier [1](PG); Dias e Dias, Isadora [1](IC); Quintana, Alberto Manuel [1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalho apoiado pelo programa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

PERCEPÇÕES E SENTIMENTOS DE MULHERES QUE GESTARAM DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Silva, N. D. da, Pellegrini, T. B., Silva, A. C. P da, Danzmann, P. S. & Patias, N. D.

A gravidez é uma experiência na vida da mulher marcada por mudanças significativas que podem gerar sentimentos ambivalentes, de alegria e satisfação por estar gestando um bebê, e, por outro lado, sentimentos de tristeza e preocupação diante de condições desfavoráveis que permeiam a evolução da gestação. Diante disso, o contexto de pandemia da Covid-19 provocou a intensificação de sentimentos e vivências estressoras quanto à gestação, parto e maternidade, assim como trouxe particularidades no cuidado/assistência à saúde da mulher. Este estudo, apresenta um recorte de uma pesquisa de tese em andamento intitulada “Tornar-se mãe durante a pandemia da Covid-19: percepções, sentimentos e o cuidado na gestação, parto e puerpério”, de autoria da segunda autora. Nesse sentido, objetiva-se descrever os sentimentos e percepções de mulheres que gestaram na pandemia da Covid-19. Participaram da pesquisa 12 mães, de 29 a 42 anos de idade, que gestaram no ano de 2020, sendo estas atendidas em instituições privadas e públicas da região Centro-Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duração em torno de 45 min na plataforma Google Meet e posteriormente transcritas, assim como foi aplicado um questionário sociodemográfico. A análise das entrevistas deu-se por meio da análise de conteúdo. Os principais resultados apontaram que as mães, em sua maioria, sentiram medo quanto a contaminação da doença durante a gestação, assim como relataram sentimentos negativos, como preocupação, dúvidas quanto ao futuro e ansiedade quando diagnosticaram a doença. Além disso, as mulheres que tiveram o direito de afastamento do trabalho presencial garantido puderam desfrutar melhor do período gestacional, ao passo que aquelas que não o obtiveram relataram sentimentos de desvalorização profissional. Os desafios enfrentados no agendamento e realização das consultas e exames relativos ao pré-natal também foram apontados como fatores estressantes, atrelados a sentimentos de tristeza e frustração. Em relação ao momento do parto, os achados indicaram que essa foi uma

ocasião de fragilidade emocional, seja pelo acesso restrito ou limitado a acompanhantes, assim como pelo tratamento dispensado, marcado pela falta de comunicação ou empatia. Ademais, o prolongamento das internações, derivado de atrasos nas realizações de exames nos bebês ou de dificuldades no parto, também emergiu como um estressor adicional nos relatos. Acerca das experiências na fase do pós-parto, as falas das mulheres demonstraram que o isolamento social gerou impactos negativos em relação a rede de apoio das puérperas, tendo diminuído para uma única figura de suporte. Conclui-se que gestar na pandemia pode ter sido, para algumas mães, uma experiência pautada em sentimentos de medo, ansiedade e incertezas. Sugere-se estudos que tentem compreender os impactos desse período ao longo da maternidade das mulheres, ocorrida durante a pandemia, bem como atenção direcionada ao cuidado dispensado às mulheres e seus bebês.

Silva, Natan. D. da.[1](GR); Pellegrini, Taís. B.[1](CO); Silva, Ana C. P da.[1](PG); Danzmann, Pâmela S.[1](PG); Patias, Naiana D. [1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA FRENTE A MORTE: SIGNIFICADOS DE INTERNAÇÕES PANDÊMICAS E MUDANÇAS SUBJETIVAS DECORRENTES

Dias, I. D., Sousa Junior, P. T. X. & Quintana, A. M.

A internação durante a pandemia por infecção por COVID-19 está relacionada com algumas afetações específicas, como o estigma sobre o sujeito infectado, a solidão diante do isolamento e o medo da morte representada pela mídia. Diante disso, o presente trabalho tem objetivo de abordar alguns dos significados construídos pelos sujeitos sobre a internação e as consequentes mudanças subjetivas. Para isso, a pesquisa, da qual esse trabalho é um recorte, teve perfil qualitativo, descritivo e de campo. Nesta, por meio de dez entrevistas semi-estruturadas, buscou-se investigar a experiência de pessoas que passaram por internação em decorrência da COVID-19. Para análise dos dados foi utilizado o método Clínico-Qualitativo, através do qual foram produzidas categorias de análise. Como resultado, os sujeitos relacionaram a hospitalização às restrições e isolamentos vivenciados, sendo sentida como um cerceamento da liberdade e autonomia, assim como da proximidade de vínculos afetivos. Além disso, a morte, sem dúvidas, foi uma das situações de maior presença e significação durante a hospitalização, corroborada pela sobrecarga do sistema de saúde, que gerava medo de negligência, e pela piora repentina e falecimento de colegas de quarto. Ainda, as restrições nos rituais fúnebres provocados pelas medidas preventivas de disseminação do vírus promoviam mais angústia diante da possibilidade de morte. Os procedimentos, como a intubação, foram significados como extremamente difíceis e dolorosos. Diante disso, o adoecimento e a restituição da saúde geraram mudanças na subjetividade dos participantes. A alta hospitalar é significada como um renascimento, ou ainda como a vitória diante de uma árdua batalha. Há também um entusiasmo quanto à retomada da autonomia sobre a própria vida, que leva, inclusive, a uma reavaliação sobre os modos de autocuidado e a uma valorização da possibilidade de existir e contar sua história. A resiliência que foi necessária é percebida e agora faz parte da identidade desses sujeitos. No entanto, as sequelas,

físicas e emocionais, geram acentuado e constante medo da necessidade de hospitalização, seja por COVID-19 ou por outras doenças. Em conclusão, percebe-se que o processo de saúde-doença por infecção pela COVID-19 possui suas especificidades e que essas ainda podem estar atuando na subjetividade dos sujeitos que passaram por tal internação, sendo importante para estes narrar suas experiências, de forma que um momento tão trágico e marcante não caia no esquecimento social. É dever ético da psicologia se atentar às significações e consequências causadas por tamanho número e seriedade de adoecimentos, impedindo que as marcas dessas dores sejam submersas pelo desconforto causado por relembrar as épocas mais severas da pandemia de COVID-19.

Dias, Isadora D.[1] (IC); Sousa Junior, Paulo T. X.[1] (PG); Quintana, Alberto M.[1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC/CAPES-CNPQ.

O FILHO POR ADOÇÃO NO INCONSCIENTE PARENTAL

Trindade, M. H.V., Siqueira, A. C., Marques, C. S., Rodrigues, C. N. & Silva, M. R. M.

A adoção é um processo complexo, tendo como fator importante a chegada de um filho na dinâmica familiar. Neste contexto, percebe-se que essa chegada é marcada pela forma como os pais por adoção percebem essa criança ou adolescente, ou seja, o lugar que este ocupa no inconsciente parental. A construção da parentalidade ocorre antes do encontro entre pais e filhos, de modo que a história de vida dos pais, o desejo de tornar-se pai e mãe, os conteúdos conscientes e inconscientes são potentes para a construção do lugar que esse filho ocupará na dinâmica parental. Nesse reajuste da parentalidade por adoção, os pais imaginam seu filho considerando que as características emocionais da criança podem estar ligadas à história pregressa que a criança traz com ela, que incluiu falhas nos primeiros cuidados, sofrimento, negligência e desamparo. Assim, buscou-se entender como a construção desse lugar simbólico no inconsciente parental reflete nas expectativas criadas entre os membros da família, bem como no atendimento das demandas que o filho por adoção pode apresentar. Dessa forma, também objetivou-se compreender como esse lugar simbólico favorece a vinculação parental, assim como os impactos de sua ausência na parentalidade adotiva. Em relação à metodologia utilizada, foi realizada uma revisão teórica, assistemática, sob o viés psicanalítico em relação ao processo da adoção. A análise revelou uma associação entre a vinculação afetiva bem construída entre pais e filhos por adoção, com a preparação simbólica que esses pais obtiveram no processo de espera na fila da adoção, relacionada à chegada desse filho. Também percebeu-se que pais que construíram esse lugar simbólico para seus filhos por adoção, conseguiram atender determinadas demandas e entender mecanismos de defesa de seus filhos, propiciando uma dinâmica familiar com maior probabilidade de êxito. O lugar

simbólico pode ser evidenciado quando os pais reiteram o lugar do filho, mesmo quando ele menciona a família de origem, dão suporte à narrativa que o filho traz e auxiliam na construção da própria história do filho na nova família. Acerca das contribuições sociais, estimamos confirmar a importância de uma rede de apoio para a construção de uma parentalidade saudável, assim diminuindo a chance da adoção ser interrompida. Por fim, reiteramos que o processo de construção do lugar simbólico do filho na parentalidade é importante para a constituição de famílias adotivas, mas valorizamos a investigação, trabalhos futuros, de pormenores que a adoção ainda possui.

Trindade, Matheus H.V.[1](IC); Siqueira, Aline C.[1](O); Marques, Catiane, S. [2](CO); Rodrigues, Cristian N. [1](PG); Silva, Marcos R. M.[1](GR).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq.

A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA PREGRESSA DE FILHOS POR ADOÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS PARENTO-FILIAIS

Pereira, M. J. C., Siqueira, A. C., Nunes, C.& Peres, G. M. M.

A parentalidade é um processo psíquico que tem início no desejo de ter um filho e acontece simultaneamente ao processo de filiação, visto que não existe parentalidade sem um filho real. Na adoção, esse processo acontece quando há uma ruptura dos vínculos do sujeito em desenvolvimento com a família de origem, o que abrange luto, separação e uma série de questões relacionadas à vulnerabilidade desse sujeito. Os pais que optam pela parentalidade por adoção só serão pais se esse filho tiver essa descontinuidade. Nesse sentido, a família que está se formando precisa realizar um intenso trabalho psíquico para dar conta de elaborar sua constituição e os fatores sensíveis envolvidos no processo. O presente trabalho consiste em um recorte de uma pesquisa qualitativa descritiva de caráter exploratório transversal sobre o tema da adoção, em que foram entrevistados diversos profissionais que atuam nessa área, como juízes, psicólogos e assistentes sociais, assim como pais e mães por adoção. As entrevistas foram semi-estruturadas, realizadas de modo on-line e analisadas mediante o método da Análise de Conteúdo. Objetiva-se apresentar resultados parciais da pesquisa que discorrem sobre a importância da história de vida pregressa da criança/ adolescente e a influência dessa história para a formação de vínculo parento-filial. A esse respeito, os profissionais que trabalham no contexto da adoção entrevistados indicaram perceber uma dificuldade de famílias que adotaram em lidar com o passado dos filhos e apontam isso como causador de dificuldades nos processos de vinculação. Embora teoricamente se saiba o quão fundamental é a movimentação narrativa dentro da família a respeito da história de vida pré adoção, há uma grande falta de preparo e informação por parte dos pais que, associada aos sentimentos complexos e ambivalentes que experimentam por não serem pais biológicos de seus filhos, reflete em dificuldades significativas em oferecer espaços seguros e oportunidades para que a família fale sobre o passado dos filhos. Dessa forma, a partir dos resultados da pesquisa, foi desenvolvido o “Programa Travessia: um olhar

sobre os aspectos emocionais da adoção e a construção de vínculos seguros". O intuito do programa é aperfeiçoar a qualificação de profissionais que abordam o tema da adoção, proporcionar para as famílias adotantes um espaço para elaborar as questões relacionadas à parentalidade, bem como acolher e acompanhar os principais desafios enfrentados na construção de vínculos parento-filiais por adoção, o que pode reduzir as chances de uma adaptação mal sucedida e, consequentemente, de dissoluções da adoção.

Pereira, Maria Júlia C.[1](IC); Siqueira, Aline Cardoso[1](O); Nunes, Cristian[2] (CO); Peres, Gabriela M. M.[1](IC).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria; [2]Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq.

WORKSHOPS SOBRE NORMAS PARA TRABALHOS ACADÊMICOS E ESCRITA CIENTÍFICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS AUTORES

Berwanger, V., Danzmann, P. S., Silva, A. C. P da, Amaral, L. & Patias, N. D.

Os projetos de ensino são atividades educativas que têm como finalidade o aperfeiçoamento e a diversificação do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com a formação acadêmica dos discentes. Objetiva-se com este estudo, relatar a experiência das autoras sobre os workshops de normas de trabalhos acadêmicos e escrita científica. Os cursos ocorreram de forma on-line e presencial, desenvolvidos pelo projeto de ensino “Curso Introdutório à normatização e padronização de trabalhos científicos para apresentação e publicação em Psicologia” da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foram realizados três cursos sobre Normatização e padronização de trabalhos científicos para publicação em Psicologia: American Association Psychology (APA) 6° e 7° edição, dois cursos sobre o Manual de Dissertação e Teses da Universidade Federal de Santa Maria (MDT/UFSM, 2021) e dois cursos sobre “Técnicas, normas e tipos de publicação: descomplicando a escrita científica”. Todos os encontros ocorreram no ano de 2022, de forma presencial e on-line, sendo participantes dos cursos estudantes de graduação e pós graduação da UFSM na modalidade presencial (curso de psicologia, administração, enfermagem, arquivologia), e alunos da graduação e pós-graduação de psicologia da UFSM quanto de outras instituições, além de profissionais psicólogos(as). Os workshops foram organizados e ministrados por estudantes de psicologia, mestrandos, doutorandos e voluntárias do Núcleo de Estudo em Contextos de Desenvolvimento Humano: Família e Escola (NEDEFE), sob orientação da professora coordenadora do NEDEFE, com duração de duas horas cada workshop. Em síntese, os principais resultados apontam que os workshops promoveram aos discentes da UFSM e de outras instituições de ensino superior o conhecimento e aprendizagem sobre normas, formatações e escrita científica, ainda não contempladas em muitas ementas curriculares dos cursos de Psicologia. Ainda nesse viés, salienta-se que as produções de materiais acadêmicos e/ou científicos requerem

de padronização e de aprimoramento da linguagem científica, fomentando assim a relevância da construção de novos cursos. Nesse sentido, pode-se perceber pelos relatos dos discentes a importância desses workshops, pois sentem a necessidade ao longo da graduação do aprofundamento de assuntos que são importantes e cotidianos, e por vezes pouco discutidos em sala de aula. Além disso, tanto na percepção dos autores quanto dos discentes observou se que os projetos de ensino contribuem para a formação acadêmica no sentido de aprimorarem as estratégias didáticas. À vista disso, a relevância dessa ação de ensino reside no fato de oportunizar aos discentes o conhecimento sobre as normas de padronização de trabalhos acadêmicos, assim como contribuir com o aperfeiçoamento da escrita científica e de normas técnicas para trabalhos da graduação, pós-graduação e publicação de artigos científicos. Posto isso, o trabalho realizado pelos membros do NEDEFE se mostra benéfico ao trazer instrução, aprimoramento de conhecimento e habilidades tanto para os indivíduos do grupo, quanto para os discentes. Sugere-se às instituições de ensino a adoção desse método, para que assim seja possível tornar o conhecimento popular e de fácil acesso.

Berwanger, Victória.[1](GR); Danzmann, Pâmela S.[1](CO); Silva, Ana C. P da.[1](PG); Amaral, Luiza.[1](GR); Patias, Naiana D. [1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

AS EXPECTATIVAS NA PARENTALIDADE POR ADOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE VÍNCULOS

Peres, G. M. M., Siqueira, A. C., Nunes, C., Pereira, M. J. C. P. & Marques, C. da S.

Ainda que a parentalidade se construa no vínculo parento-filial, esse processo psíquico inicia-se antes mesmo de haver um filho real, uma vez que os pais já o desejam e formulam expectativas a respeito desse filho. Em casos de parentalidade biológica, o período gestacional anuncia o bebê e promove a criação de expectativas quanto ao filho que chegará. Já na filiação por adoção, o que ocorre é uma gestação simbólica, a qual se manifesta na preparação para receber esse filho, no planejamento para exercer a parentalidade, na organização do quarto e de espaços para a criança/adolescente, na reflexão sobre o lugar que será ocupado pelo novo membro na dinâmica familiar, entre outras formas. As expectativas relacionadas ao filho se referem, na verdade, à idealizações dos pais: de que o filho será perfeito, saudável, com comportamentos fáceis de serem moldados e semelhante aos pais, sendo, esta última, na filiação por adoção, uma maneira de encobrir os receios existentes com relação à origem das crianças/adolescentes. Desse modo, o presente trabalho objetiva difundir os resultados parciais de uma pesquisa maior que dissertam sobre o papel favorável ou desfavorável das expectativas para construção de vínculo na parentalidade por adoção. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva de caráter exploratório e transversal sobre o tema da adoção, em que foram entrevistados diversos profissionais que atuam nessa área, como juízes, psicólogos e assistentes sociais, assim como pais e mães por adoção. As entrevistas semi-estruturadas foram feitas na modalidade online e analisadas a partir do método da Análise de Conteúdo. Conforme a literatura, criar uma imagem mental do filho favorece a vinculação inicial, uma vez que, assim, a criança/adolescente já estará ocupando o imaginário parental. Esses elementos foram corroborados pelos participantes da pesquisa, evidenciando que há uma diferença entre pais que ficam alheios durante o tempo de espera e os que planejam a chegada do filho. Nesse sentido, o planejamento é importante para inserir o filho no imaginário dos pais, os

quais utilizam o tempo de espera para buscar mais conhecimento sobre a adoção e promover mudanças na organização familiar até a concretização. Todavia, expectativas desencontradas e irreais podem indicar uma frágil preparação para o exercício da relação parento-filial, que podem ser intensificadas devido ao pouco conhecimento sobre a realidade da criança/adolescente adotado. Esse aspecto também foi relatado nas entrevistas, validando que expectativas em excesso podem prejudicar o vínculo, visto que os pais esperam crianças perfeitas e capazes de uma adaptação rápida, o que não condiz com muitas realidades. Assim, como resultado da pesquisa maior, foi criado o "Programa Travessia: um olhar sobre os aspectos emocionais da adoção e a construção de vínculos seguros", que tem por objetivo acolher e providenciar um espaço de escuta para os pais por adoção, ampliando as chances do processo de adoção ocorrer de modo eficaz.

Peres, Gabriela M. M.[1](IC); Siqueira, Aline Cardoso[1](O); Nunes, Cristian[2](CO); Pereira, Maria Júlia C. Pereira[1](IC); Marques, Catiane da Silva[3](CO).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria; [2]Programa de Pós-Graduação em Psicologia, [3]Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq.

A PRÁTICA DA PSICOLOGIA EM UM CAPS AD: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vestena, L. T., Pasini, A. L. W. & Costa, D. F. C. da

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) é um serviço especializado de saúde mental que tem como finalidade atender pessoas com sofrimento psíquico, transtorno mental severo ou persistente decorrente do uso ou abuso de crack, álcool e outras drogas. Nesse resumo, objetiva-se relatar a prática de estágio, com ênfase em prevenção e promoção em saúde, vinculado ao curso de Psicologia de uma universidade privada do interior do estado do Rio Grande do Sul, a partir de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. No CAPS AD são realizados grupos terapêuticos de dependência química pela equipe multiprofissional, potencializando o cuidado em saúde mental dos usuários, o fortalecimento de vínculos e o compartilhamento de experiências. Os usuários o percebem como um espaço de ajuda e acolhimento conforme relato: "é bom escutar os colegas falando", "eu me sinto bem no grupo". Em certos encontros grupais, sob a ótica da Psicologia, foi realizada a adaptação da ACT-Matriz (instrumento de formulação de caso da Terapia de Aceitação e Compromisso que tem como objetivo terapêutico buscar a flexibilidade psicológica). Os comportamentos apetitivos - que o indivíduo quer se aproximar - foram questionados através de: "Quais valores de vida eu quero alcançar?". Surgiram falas no grupo como: "família", "filhos", "ter uma vida melhor", "buscar conhecimentos", "parar de usar as substâncias", "buscar ajuda". Ainda sobre os comportamentos apetitivos: "O que eu posso fazer para concretizar isso que eu desejo?". As falas foram: "continuar o tratamento", "ter força de vontade", "fé", "se agarrar nos filhos", "acreditar em alguma coisa". Com relação aos comportamentos aversivos - que se quer evitar -, a questão foi: "Que obstáculos internos me impedem de alcançar o que eu desejo?". Os relatos foram: "medo", "vergonha", "julgamento dos outros", "culpa", "questões familiares", "falta de apoio familiar". A outra questão foi: "O que eu realmente devo fazer para me afastar do que pode me levar a recaída?". Os usuários trouxeram: "hábitos", "lugares", "costumes", "mudar a rotina", "disciplina", "responsabilidade", "evitar amizades que tem influência sobre o uso". Diante disso, não podemos pensar o uso de

substâncias apenas como um aspecto isolado, mas que envolve uma interligação entre aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e biológicos. Por isso, a importância de estar atento ao contexto no qual esses indivíduos estão inseridos. Neste sentido, percebe-se que durante a interação com a ACT-Matriz os usuários conseguiram perceber seus comportamentos, bem como as funções que os mantêm, permitindo-os de ter mais conhecimento e autonomia em seu tratamento. Posteriormente, realizou-se uma prática de meditação e respiração - prática da atenção plena -, a qual os usuários relataram já terem feito com outros profissionais do serviço. Com relação à experiência, as falas foram: “a gente se sente mais leve, esquece do mundo”, “serenidade”, “poder da mente”, “me sinto mais relaxado”. Por fim, destaca-se a importância do profissional da Psicologia dentro de um CAPS AD, visto que possibilita compreender e acolher os usuários diante dos seus sofrimentos, bem como observar as emoções, comportamentos e pensamentos que estão associados a manutenção do uso dessas substâncias, promovendo, assim, um tratamento mais humanizado.

Vestena, Liliane T.[1](ET); Pasini, Amanda L. W. [1] (ET); Costa, D. F. C. da[1](O).

[1]Curso de Psicologia, Universidade Franciscana.

ESCUTA DAS RUAS: RECONHECENDO-SE O NÃO DITO

Castanho, G. A. & Duarte, A. F. R.

“Escuta das Ruas: reconhecendo-se o não-dito” trata-se de um trabalho de conclusão de curso realizado no ano de 2022 (URI Campus de Santo Ângelo), que teve como intuito de escutar pessoas em situação de rua em um município de médio porte no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Os participantes foram 3 pessoas maiores 18 anos, do sexo masculino, respectivamente, que se encontravam em situação de rua no momento da pesquisa. Com o objetivo geral de analisar quais eram as histórias dessas pessoas em situação de rua, considerando os objetivos específicos de escutar e registrar as narrativas dessas pessoas em situação de rua, averiguar como era a vida dessas pessoas antes da rua, explorar as vivências deles na rua, buscar compreender como a pessoa em situação de rua relata sua experiência, investigar como a pessoa em situação de rua se relaciona com a cidade e examinar como a pessoa em situação de rua percebe a relação da cidade com eles. Pressupondo que o ato de escutar essas histórias, possibilitaria que as narrativas expostas pelos indivíduos saíssem do campo da invisibilidade social, ou seja, deixassem o lugar do não-dito. Da mesma forma, possibilitaria como uma forma de testemunho de tais narrativas. A pesquisa foi de ordem qualitativa, com delineamento em pesquisa-intervenção na perspectiva psicanalítica. O modo de análise dos dados foi o ensaio, utilizando a metodologia da escuta territorial. À vista disso, foi organizado um modo de ensaio de construção de testemunhos por meio das perspectivas de autores como Freud, Kehl, Safatle e outros. Referente aos resultados da pesquisa, a primeira informação que aparece de maneira evidente foi a constatação de que, para os participantes/entrevistados, a situação de rua se deu em decorrência da dependência química. Foi curioso como essa questão se tornou proeminente. A situação de rua, para os participantes, tem uma relação direta com o uso de drogas, uma vez que foi predominante nos seus discursos a relação de estar na rua com o uso de substâncias.

Castanho, Gabriel A.1[1] (GR); Duarte, Andrea F. R.1 [1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santo Ângelo.

FERRAMENTAS ARTÍSTICAS COMO RECURSO TERAPÊUTICO EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA

Fontinelli, N. da S., Peres, C. N., Amaral, A. M. do., Antoniazzi, M. P. & Lucca, T. de O.

Diante da experiência de estágio em uma unidade de internação psiquiátrica, pode-se constatar que atividades que estimulam a produção de saúde mental são necessárias e somam na qualidade do tratamento no período de internação. Em geral, percebe-se uma falta de atividades específicas diárias que tornem a rotina dos pacientes mais dinâmica. Busca-se relatar sobre a importância do uso da Arteterapia no ambiente hospitalar psiquiátrico. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, oriunda das práticas do estágio curricular da graduação em psicologia. Possui como instrumento a observação participante e, logo, seus desfechos são transmitidos em forma de relato de experiência, tendo em vista o conhecimento experiencial desenvolvido no âmbito de atuação. As observações e vivências desenvolveram-se na internação em saúde mental de um hospital público. Resultados: O ambiente hospitalar e a internação em saúde mental, mais especificamente, mobilizam a vida dos pacientes internados de maneira significativa. Muitos pacientes sentem falta de suas relações no ambiente externo, alguns pacientes estão mobilizados com o que lhes causou a internação - como crises em saúde mental e dependência em álcool e drogas - outros pacientes preocupados com pendências não resolvidas e com todas as mudanças que o cotidiano de estar internado suscita na rotina. Assim, as tarefas diárias mais específicas que embasam a rotina resumem-se nos horários das refeições, nos momentos de higiene pessoal e na verificação dos aspectos gerais de saúde dos pacientes por parte da equipe de profissionais. Para além disso, há bastante tempo livre, onde pôde-se perceber que a utilização de ferramentas e atividades artísticas servem como recurso terapêutico ao tratamento no período da internação, movimentando a rotina e estimulando a criatividade. Os estagiários de psicologia, os profissionais da unidade e residentes da equipe local propõem atividades como desenhos com lápis, canetas, giz e tintas, pinturas, colagens, atividades relacionadas à música e poesia, jogos diversos, espaço para contar histórias e mais

ações nesse sentido criativo, também como forma de humanização no ambiente hospitalar. Desse modo, a partir de propostas para a realização de tarefas artísticas e lúdicas, muitos pacientes internados se animam e enxergam mais sentido no tratamento. Conclusões: Pode-se concluir que as ferramentas e atividades artísticas servem de recurso terapêutico no ambiente hospitalar de internação em saúde mental por humanizarem a rotina dos pacientes, trazendo-lhes mais dinamicidade e criatividade. Diante disso, constata-se que os impactos sociais gerados na presença de tais vivências são importantes, uma vez que, através delas, os sujeitos internados sentem-se mais dignos e respeitados em suas condições.

Fontinelli, Natalia da S. [1](GR); Peres, Cyndi N. [1](GR); Amaral, Amanda M. do. [1](GR); Antoniazzi, Marina P. [1](O); Lucca, Thadeu de O. [2](C).

[1]Curso de Psicologia, Universidade Franciscana; [2]Hospital Casa de Saúde.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq.

PROJETO DE EXTENSÃO "DE PERTO NINGUÉM É NORMAL": OFICINAS DE RÁDIO COMO DISPOSITIVOS EM SAÚDE MENTAL

Ravanello, A. F., Neves, R. D. & Zucolotto, M.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços que integram a Rede de Atenção à Saúde Mental do Sistema Único de Saúde (SUS), que, sob a pretensão de substituir os modelos hospitalocêntricos e subverter a lógica manicomial, se destina a oferecer atenção psicossocial a pessoas com transtornos ou sofrimento mental severo e persistente, buscando garantir e preservar a cidadania e os vínculos sociais destas. Por meio de atividades coletivas e oficinas terapêuticas, os CAPS buscam estimular a integração social, a construção e o fortalecimento da autonomia dos usuários. Neste sentido, as oficinas promovem um importante lugar de experiências e de trocas entre os participantes, criando um espaço de conexões com o mundo e com a sociedade de modo geral. Assim, as Oficinas de Rádio são oferecidas como atividades sócio-terapêuticas que buscam estimular a participação social efetiva dos usuários, construindo vínculos com a comunidade, fortalecendo as potencialidades dos mesmos, mobilizando e sensibilizando a sociedade sobre assuntos referentes à saúde mental. Este Projeto de Extensão visa formalizar e fortalecer a parceria já estabelecida entre a Rádio Universidade da UFSM e o CAPS Prado Veppo, propondo a inclusão de estudantes da Universidade para contribuírem com ações interdisciplinares, construtivas e participativas nas atividades da Oficina, além de fortalecer a organização e planejamento do grupo na elaboração dos programas, potencializando as habilidades comunicativas e criativas dos participantes. E por objetivos específicos, busca contribuir para o resgate histórico desse programa que ocorre há mais de duas décadas, tendo se tornado extremamente significativo no avanço das tecnologias de cuidado em saúde mental da cidade, buscando documentar e sistematizar o material arquivado no CAPS sobre as atividades já desenvolvidas com a Rádio Universidade. Propõe-se, também, inserir os estudantes da Universidade no campo das discussões sobre a saúde mental coletiva, dada a importância destas reflexões na atualidade para uma formação profissional ampliada, crítica e de qualidade. O projeto se caracteriza por um conjunto de atividades teórico-práticas

que segue as bases metodológicas da pesquisa participativa tendo por referência as abordagens da Pesquisa-intervenção, sendo uma proposta de transformação social e política. Com isso, espera-se ter por resultados assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a sociedade, proporcionar aos usuários do CAPS atividades interdisciplinares e participativas, promover ações a fim de sensibilizar a sociedade da importância do assunto referente à saúde mental e estimular o protagonismo e a autonomia dos sujeitos envolvidos no projeto, contribuindo para a construção de conhecimentos sobre a temática da saúde mental coletiva, por meio de produção e divulgação de textos sobre a temática.

Ravanello, Ana F. [1](EX); Neves, Rafael D.[1](EX); Zucolotto, Marcele[1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E O POSSÍVEL ADOECIMENTO DE TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL

Limachi, E. K. U. & Zucolotto, M. P. da R.

O campo psicossocial de atenção à saúde mental está vivenciando um momento de instabilidade e até mesmo de retrocessos. Essa conjuntura desperta preocupação tanto entre usuários e familiares dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), quanto entre os profissionais que nela atuam. Nesse contexto, as equipes de saúde mental se veem enfrentando uma diversidade de desafios que podem prejudicar a própria saúde, física e mental e, consequentemente, as ações de cuidado prestadas nestes serviços. Este resumo tem por objetivo explanar brevemente os retrocessos enfrentados pela RAPS no que tange a Nova Política de Saúde Mental implementada pelo governo nos últimos 6 anos e como isto pode estar afetando a saúde mental dos profissionais de saúde mental. Tal estudo faz parte de uma pesquisa ainda em andamento que objetiva problematizar a saúde mental de trabalhadores de saúde mental. Por meio de uma breve revisão bibliográfica buscou-se estudos que discutem as ações governamentais referentes ao cuidado em saúde mental e como estas podem estar afetando tanto os serviços de saúde mental no país, como os profissionais atuantes neles. Com a implementação da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10216/2001) construiu-se uma Política Nacional de Saúde Mental (PNSM) que pautou as ações necessárias para o exercício do cuidado para com as pessoas em sofrimento psíquico e/ou com transtornos mentais. Apesar das expressivas melhorias no que se refere à acessibilidade e qualidade dos cuidados nessa área, ainda existem desafios, pois os avanços conquistados com a Reforma Psiquiátrica se encontram hoje no caminho inverso. Dentre as ações governamentais que tem demonstrado esse retrocesso estão portarias, resoluções e decretos que vem enfraquecendo o campo de ação da RAPS, ampliando o investimento em hospitais psiquiátricos e, por conseguinte, reduzindo recursos para os serviços de caráter psicossocial. Culminando esse retrocesso está a Nota Técnica (NT) no 11 de 04 de fevereiro de 2019, onde se vê afirmar a necessidade de um número maior de leitos psiquiátricos e rejeitando assim a ideia de fechamento destes hospitais. A nota também

apresenta a eletroconvulsoterapia como sendo o melhor aparato terapêutico, incentiva a internação de crianças e adolescentes em hospital psiquiátrico e ainda demonstra a separação entre duas políticas: a Política Nacional sobre Drogas e Política Nacional de Saúde Mental. Atentando para estes fatos, alguns estudos referem as condições difíceis em que os profissionais de saúde mental se encontram. Um estudo feito junto a profissionais de um CAPS, demonstrou que estes vivem em uma constante tensão em seu cotidiano de trabalho, pois estão em contato direto com um sofrimento não apenas psíquico/mental, senão que também com situações de pobreza, violência, tráfico e tantas outras. Outra pesquisa demonstrou o quanto estes profissionais sentiam-se de mãos atadas diante dos desafios que viviam naquele momento. Estes profissionais percebem-se expostos a um desfalque nas equipes, à precarização das condições de trabalho, deficiências na formação e capacitação, o que fragiliza sua saúde física e psíquica. Observando estudos como esses é emergente refletir sobre a própria saúde mental desta equipe diante dos inúmeros desafios enfrentados no cotidiano dos serviços, revelando o quanto precisam receber o cuidado e suporte necessários para que possam atuar de maneira adequada no serviço que prestam aos usuários.

Limachi, Elysangela K. U.[1](PG); Zucolotto, Marcele P. da R.[1](O).

[1]Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO COMO FERRAMENTA PARA O CUIDADO EM LIBERDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bolzan, V. B., Idalgo, C. A. W., Cioccari, M. C., Lago, A. N., Piccoli, L., Pilger, M. & Oliveira, D. C.

Este trabalho tem o objetivo de problematizar a prática clínica a partir de uma experiência como acompanhante terapêutico no âmbito de um projeto de extensão desenvolvido em um curso de psicologia de uma cidade do interior do RS. O Acompanhamento Terapêutico (AT) é uma prática de cuidado em saúde mental que tem como objetivo oferecer suporte, acompanhamento e orientação a pessoas em sofrimento psíquico nos diferentes contextos da vida cotidiana, uma prática que promove a inclusão social, a autonomia e o empoderamento das pessoas em sofrimento psíquico. Se baseia na escuta atenta e no diálogo constante entre acompanhante e acompanhado. O AT se desenvolve em diferentes espaços e contextos, no território do acompanhado, como escolas, trabalho, comunidade, lazer e saúde. Caracteriza-se por ser uma forma de cuidado que se preocupa em construir um vínculo de confiança e respeito com o acompanhado. O relato de experiência que segue foi realizado a partir da prática de uma acadêmica de Psicologia da Fisma. A práxis foi vivenciada com uma usuária do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) denominado Cia do Recomeço. Na referida oportunidade, a acompanhante teve o ensejo de compreender a prática de AT no âmbito do território e das (im)possibilidades que ocorrem durante o processo. A acompanhada era uma mulher de cerca de sessenta anos que fazia uso de substâncias desde a juventude. Logo nos primeiros encontros estabeleceu-se uma relação de vínculo entre ambas. Os encontros ocorriam na moradia da acompanhada, onde era possível exercitar a atividade de regar, semear e cultivar plantas, atividade de seu interesse. Nesse contexto, foram realizadas conversas acerca de sua trajetória de vida e dos projetos que idealizava. Pode-se também abordar problemáticas atuais, tais como problemas físicos, sua relação com a filha com quem residia, ou então as dificuldades financeiras e também seu uso de cocaína, o qual ocorria diariamente. Os encontros eram realizados às terças-feiras, durante cerca de quatro meses, onde foram estabelecidas trocas e construções que

possibilitaram que acompanhada pudesse organizar-se em relação a algumas de suas problemáticas, por exemplo a situação de moradia com a filha. Além disso, a relação com o seu CAPS de referência passou a modificar, com a equipe podendo compreender aspectos de sua dinâmica de vida que até então não haviam aparecido. No entanto, depois de um tempo, se perdeu o contato com a usuária e após diversas tentativas de contato sem êxito, decidiu-se interromper o processo de AT. Todo o percurso com a acompanhada foi importante para compreender que o desenvolvimento do AT não segue um caminho linear, havendo diversos fatores que contribuem para a desistência ou continuidade do processo. Entretanto, os meses de vivências foram uma contribuição importante para o momento que a usuária estava vivenciando.

Bolzan, V. B.[1](ET); Idalgo, C. A. W.[1](ET); Cioccari, M. C.[1](ET); Lago, A. N.[1](ET); Piccoli, L.[1](ET); Pilger, M.1(ET); Oliveira, D. C.[2](O).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

A CLÍNICA NA RUA: QUAL A IMPORTÂNCIA DOS SEUS SABERES PARA PSICOLOGIA?

Lago, A. N., Idalgo, C. A. W., Bolzan,V. B., Piccoli, L., Pilger, M. E. & Oliveira, D. C.

Este trabalho tem o objetivo de problematizar a formação em psicologia a partir do dispositivo do Acompanhamento Terapêutico (AT). O AT surgiu no Brasil a partir da reforma psiquiátrica, focando suas intervenções nos vínculos e relações entre a pessoa em sofrimento psíquico e sua rede social. Assim, constitui-se como uma prática de cuidados em saúde mental relacionados à promoção de saúde e autonomia, onde o setting clínico não se adequa aos moldes tradicionais, caracterizando-se como uma estratégia terapêutica nômade, na qual ocorre uma circulação conjunta do acompanhante e acompanhado em diversos territórios. Esta modalidade de cuidado se encontra dentro da perspectiva da Clínica Ampliada, conceito que é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS), que se fundamenta como uma ferramenta teórica e prática que busca abranger a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença. De acordo com Porto e Sereno (1991), essa conjuntura da (re)colocação e da (re)ocupação do sujeito diante da realidade urbana advém de vantagens, de modo que, trata-se de um lugar com menos estigmas e descentrado das estruturas psiquiatrizantes do tratamento. Sob esse viés, a circulação pela cidade, proporciona dados importantes sobre o acompanhado referente a sua relação com si e com o território, e, consequentemente, com o tratamento e a própria clínica. No entanto, compreende-se a inevitabilidade de uma formação sólida dos profissionais que irão atuar nesses contextos, e consequentemente, a necessidade de propiciar formação sobre AT dentro da formação de psicologia, acarretando conhecimentos da prática, para tornar-se um profissional capacitado para adentrar as dificuldade e exigências impostas pelas práticas dos territórios e das demandas contemporâneas que surgem diante das experiências enquanto acompanhante. Uma formação que nos aproxime das lutas pela subjetividade autônoma e uma formação mais ampla sobre contextos de saúde pública são necessárias para evidenciar a prática. Além disso, a retomada dos espaços da cidade que excluiu e exclui

indivíduos com sofrimento psíquico, desde que a “loucura” se tornou doença mental, contribui para o cuidado em liberdade. Em suma, o AT atua como um guia de ocupação, fazendo a interlocução e a facilitação do deslocamento do acompanhado pelos espaços urbanos. Dessa forma, é evidente a importância desse tema dentro da formação profissional, em decorrência da escassez de estudos teórico prático sobre o AT, além do desconhecimento deste dispositivo dentro dos serviços de saúde.

Lago, A. N. [1](ET); Idalgo, C. A. W.[1](ET); Bolzan,V. B. [1](ET); Piccoli, L[1](ET); Pilger, M. E. [1](ET); Oliveira, D. C. [1](O).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

VIVÊNCIAS NO CRAS VOLANTE: ELOS ENTRE COMUNIDADES E EQUIPE

Peres, P. S. & Pfitscher, M. A.

Este estudo apresenta uma das vivências de estágio institucional realizado no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) em uma cidade de 17 mil habitantes no interior do Rio Grande do Sul. A prática foi desenvolvida durante o segundo semestre de 2022 na política de Equipe Volante, que tem por objetivo prestar acessos ao serviço de proteção social para famílias que residem em áreas rurais (Resolução CIT no 6, de 31 de agosto de 2011) de forma a garantir à população o acesso ao serviço da Proteção Social Básica. Assim, a prática do CRAS Volante me possibilitou deslocamentos nos quais os espaços de escuta foram levados até as famílias que residem em contextos rurais e tiveram a oportunidade de falar sobre as suas realidades. Cabe destacar que as ações do CRAS Volante são construídas de forma multidisciplinar, contando com psicólogos e assistentes sociais e o trabalho se desenvolve principalmente por meio dos grupos de convivência com a participação de homens, mulheres, idosos, mães, adolescentes e crianças, visto que toda ação é construída com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários. Além da realização das intervenções grupais, também são parte das ações o acolhimento e orientação/encaminhamentos a outros serviços. Neste sentido, a escuta livre de preconceitos e julgamentos é fundamental para auxiliar os indivíduos a reconhecer e construir possibilidades a partir da sua realidade, sendo de responsabilidade da equipe conhecer a especificidade de cada grupo para melhor realização do diagnóstico socioterritorial, construção de ações e identificação de demandas. A NOBSUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) aponta a precariedade de infraestrutura, além disso, é uma realidade para os profissionais da equipe a dificuldade em acessar determinados territórios, assim como a ausência da rede de proteção social e a não adesão de determinados grupos. Na experiência que vivenciei percebi que cada comunidade possui suas especificidades, alguns grupos eram mistos, com a participação de homens e mulheres e outros eram compostos apenas por mulheres, o que diferenciava a demanda e os espaços de fala. Um importante dado observado a partir das intervenções foi a relação com a

autoimagem, nos grupos realizados apenas com mulheres narrativas sobre o medo do fracasso, a necessidade de agradar os outros, a busca pela excelência em suas rotinas e práticas diárias apontam para condição vulnerável que muitas mulheres vivenciam. A experiência proporcionou momentos de reflexão sobre as vivências, os afetos e o significado das relações, o acesso desta população às políticas públicas voltadas à prevenção e proteção é fundamental para a garantia de direitos que passam pelo acesso à informação e a oportunização dos serviços socioassistenciais, é perceptível a existência de cuidado entre os participantes e o vínculo comunitário existente nos grupos desenvolvidos, ainda que sinalizem o desejo de permanência e periodicidade do trabalho desenvolvido do CRAS Volante como um elo importante entre comunidade e profissionais (políticas públicas).

Peres, Paola S.[1](ET); Pfitscher, Mariana A.[1](O).

[1]Curso de Psicologia, Universidade Luterana do Brasil.

ANÁLISE DO RACISMO PRESENTE NA OBRA "A REDENÇÃO DE CAM"

Figueiredo, J. K., Silva, H. L., Hohendorff, J. V. & Paloski, L. H.

É indiscutível o impacto decorrente do período de escravidão brasileiro na discriminação contra pessoas negras na atualidade. Tal discriminação, por sua vez, tem inúmeras repercussões negativas significativas para a saúde mental deste grupo, o que torna necessária ações da psicologia para combatê-la. Neste sentido, a compreensão das raízes do racismo estrutural que hoje permeia nossa sociedade é uma ferramenta para a sua desconstrução. Para isso, o presente trabalho propõe analisar uma obra produzida logo após a abolição da escravatura e Proclamação da República, enquanto amostra das relações étnico-raciais da época. "A Redenção de Cam", do pintor Modesto Brocos, ilustra uma mulher com cor de pele parda, segurando seu filho, que tem a pele branca. À sua direita, o pai da criança, de pele branca, olha para eles com satisfação, e à sua esquerda, a avó da criança, de pele preta, faz um gesto de gratidão aos céus. O método utilizado para a interpretação da pintura foi a pesquisa na literatura sobre a origem do seu nome e o uso e a relevância da obra em seu contexto histórico. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que a pintura teve grande relevância na época, sendo inclusive levada ao Congresso Universal das Raças (1911). Cam, referenciado no título da pintura, é uma figura bíblica de Gênesis, que foi amaldiçoado à escravidão juntamente aos seus descendentes. O Catolicismo, a partir do século XV, difundiu a ideia de que os africanos seriam os descendentes de Cam, o que justificaria a escravidão desses povos. A "redenção" demonstrada na pintura é o embranquecimento, e a perspectiva de futura erradicação da etnia negra. A obra fez parte do argumento de que o Brasil teria potencial de desenvolvimento, já que a comunidade internacional considerava a sua majoritária população negra como fator de atraso. Com essas informações, é possível concluir que a miscigenação, muitas vezes utilizada como argumento para negar a existência do racismo no país, também foi uma forma de violência contra as pessoas negras, pois tinha como objetivo anular a sua existência.

Figueiredo, Júlia K.[1](GR); Silva, Hannah L.[1](GR); Hohendorff, Jean V.[1](CO); Paloski, Luís H.[1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Atitus Educação, Campus Santa Teresinha.

NEOLIBERALISMO E FASCISMO: UMA RELAÇÃO ENTRE O MAL-ESTAR

Silva, L. J., Cossetin, V. L. F., Ruschel, G. E. S., Brondani, L. C. & Santos, E.

O cenário político dos últimos anos e seus efeitos na vida humana têm sido pauta de inúmeros questionamentos, pesquisas e discussões, sobretudo para a ampla área das ciências humanas, a exemplo da relação entre a lógica neoliberal e o fascismo. Diante disso, o objetivo deste ensaio é pensar a articulação de tais lógicas e seus efeitos na formação e agravamento do sofrimento psíquico do sujeito contemporâneo. Metodologicamente, estes estudos baseiam-se em pesquisa bibliográfica com aporte crítico-hermenêutico de textos do campo filosófico e psicanalítico. Novaes (2020) adverte sobre a possibilidade de os atuais cenários políticos serem expressões de mutações, ou seja, de ser o neoliberalismo um novo fascismo. Umberto Eco (2020), por sua vez, afirma que um dos pontos constitutivos do fenômeno seria a realidade social e material e que o fascismo proviria das frustrações individuais e sociais, de onde a tendência de o fascismo ter apelado para as classes médias frustradas no século XX. Numa sociedade em que "tempo é dinheiro", o esvaziamento político passa a ser um catalisador da competitividade. Assim, o discurso neoliberal convence os indivíduos de que, pela competição e adaptação a um sistema que os esmaga, eles poderiam se "salvar". Com Freud (1921/2011) percebemos que o movimento do indivíduo em busca de conforto na massa tem relação com um suposto alívio em relação a certas neuroses individuais. O fascismo, portanto, como movimento de massa aparece nessa lógica: uma expressão política e social de mal-estar. Para Freud (1930/2010), esse conceito está relacionado a um viés patológico e também às renúncias pessoais em nome da coletividade, de participar da cultura. Na lógica neoliberal, tem se tornado cada vez mais difícil firmar acordos e buscar saídas coletivas, o que tem potencializado o mal-estar constitutivo. O neoliberalismo age no cerne da vida dos sujeitos, influenciado o modo como eles se constituem, desejam, pensam e estabelecem laços entre si. Do neoliberalismo, gestor do sofrimento psíquico, tem surgido novas formas de sofrimento, novos sintomas clínicos (SAFATLE, 2021), convocando profissionais e pensadores do campo psicológico e educacional a estarem atentos a esse

fenômeno não apenas no intuito de compreendê-lo, mas de pensar modos de fazer-lhe resistência.

Silva, Liége J.[1](PG); Cossetin, Vania L. F.[1](O); Ruschel, Gian E. S. [1](PG); Brondani, Larissa C.[2](PG); Santos, Emanuel [1](PG).

[1]Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Trabalho apoiado pelo programa CAPES/Prosuc.

SOFRER DEPRESSIVO E NEOLIBERALISMO: UM VÍNCULO CONTEMPORÂNEO

Silva, C. C.

Surgimento de grandes conglomerados multinacionais financeiros, políticas não intervencionistas do estado na economia, recrudescimento de desigualdades sociais. Esses e outros tantos eventos podem ser observados num olhar mais contemporâneo de nossa sociedade. Nesse sentido, é plausível relacionar a esses contextos o advento do neoliberalismo como um agente dessa nova dimensão prática, social, econômica e de conduta moderna. Em face disso, justifica-se a relevância em destacar essa temática, salientando-se o quão tornamo-nos “reféns” e, ao mesmo tempo, componentes estratégicos indissociáveis desse sistema, além do que, ele se apresenta praticamente como hegemônico no cenário atual. A presente discussão, portanto, tem por intuito abordar os fatores basilares que contextualizam o modelo neoliberal e meios de sofrimento psíquico que podem derivar dessa conjuntura, que envolve desde discursos a práticas políticas e normativas. Para tal debate, realizou-se uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, de onde foram coletados dados e esclarecimentos de intensa importância acerca desse assunto. De natureza estrutural, o estado neoliberal nasce de constantes transformações do capitalismo e, como é possível ser observado, ele, em si, não deixa de lado um fator intrínseco da modernidade, a lógica do capital. Nesse sentido, pode-se dizer que extrapola e se aprofunda nessa condição, uma vez que torna tudo mercadoria, não há o que não possa ser comprado ou vendido, até o próprio sujeito vira objeto de consumo ou é induzido a agir como se uma empresa fosse. Logo, a mão invisível do mercado pode agir, por meio de uma racionalidade neoliberal, tanto na constituição quanto na condução de sofrimentos oriundos da própria sistemática. Logo, o sofrer depressivo surge e se acentua nesse contexto, já que é potencializado pelo viés extremamente competitivo, onde o sujeito se reconhece, amiúde, fracassado, inadequado socialmente e incapaz de corroborar com um mercado de si mesmo, o que intui e prende o eu numa busca alienante por uma felicidade consumista, coercitiva utópica. Conclui-se, portanto, que o sistema neoliberal, quase que de forma

onipresente, impera de maneira a formar uma sociedade competidora em prol do capital e em detrimento do próprio sujeito, o que consolida sofrimentos contemporâneos como o do prisma depressivo. Assim, vê-se a demanda de ações articuladas entre os vários atores sociais, com o intuito de tornar o meio menos deprimido, além de prevenir possíveis angústias que tem potencial para se manifestar no porvir comum global.

Silva, Christopher C.[1](IC)

[1] Faculdade Integrada de Santa Maria – FISMA

A PROBLEMÁTICA DA PATOLOGIZAÇÃO E DA MERCANTILIZAÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Mussoi, A. L. F. B., Araujo, É. K., Soccal, M. M. & Costa, Diogo F. C.

Historicamente, a mercantilização do corpo humano constitui um mecanismo do sistema capitalista. A partir do século XX, com os avanços em neuropsicologia e psiquiatria, o estudo de alterações psíquicas, como a histeria, gerou a formulação de psicofármacos que garantem maior estabilidade nos sintomas desses transtornos. Dessa forma, ocorreu a patologização de condições estruturais e funcionais não só do corpo, como também da psique, de modo a contribuir com a produção de lucro que movimenta o capitalismo. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo compreender e discorrer sobre a problemática que envolve a generalização do mal-estar psíquico como patológico, visto que este fator se torna fonte de rendimento para a sociedade capitalista. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, e a análise dos dados se deu a partir da técnica de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa mostraram que houve um aumento significativo de enquadramentos psiquiátricos através do comportamento do sujeito. No caso de crianças, o que antigamente era considerado problemas corriqueiros da própria fase do desenvolvimento, e que seria trabalhado junto aos pais e a comunidade escolar, atualmente é direcionado ao discurso de medicalização. O mesmo serve para sujeitos que estão com algum sofrimento psíquico, logo já são submetidos a patologização e por consequência, ao uso de medicamentos, como forma de reparação a aquele sentimento ou momento da vida do indivíduo. Sendo assim, a saúde mental acaba sendo controlada pelo sistema capitalista, que padroniza um conceito de normatividade e exige dos sujeitos comportamentos estabelecidos socialmente e por manuais diagnósticos, fazendo com que qualquer desvio deste padrão já seja patologizado e enquadrado em um transtorno, ocasionando, consequentemente, na medicalização. Concluiu-se que a mercantilização e patologização das doenças psíquicas contribui com o sistema capitalista ao transformar o corpo social e seus sofrimentos psíquicos em produto para ser enquadrado e vendido. Em vista disso, é necessário se atentar ao tecnicismo e o

pragmatismo que se é aplicado, assim por conseguinte, sempre valorizando a subjetividade do indivíduo.

Mussoi, Anna Luiza F. B.[1](ET); Araujo, Érika K.[1](ET); Soccal, Marina M.[1](ET); Costa, Diogo F. C. [1](O).

[1]Universidade Franciscana.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq.

ESTAMIRA NA PERSPECTIVA DA TEORIA PAIDÉIA: UM ATERRO SANITÁRIO COMO PRODUTOR DE SAÚDE-DOENÇA

Piccoli, L., Cioccari, M. C., Idalgo, C. A. W., Bolzan, V., Lago, A. N., Pilger, M. & Oliveira, D. C.

O presente trabalho tem como objetivo problematizar o processo saúde-doença numa perspectiva clínica ampliada através do estabelecimento de uma interlocução entre a teoria Paidéia (CAMPOS, 2007) e o documentário "Estamira" (2006), dirigido por Marcos Prado, tendo como ponto de partida uma reflexão sobre como o ambiente de trabalho em que a personagem principal estava inserida, o Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. A teoria Paidéia busca contribuir com os sujeitos envolvidos no cuidado para o desenvolvimento da capacidade de tomar decisões, gerenciamento de conflitos e estabelecimento de compromissos, ampliando, desta forma, a possibilidade de ação das pessoas em todas essas relações. Pensando sobre os processos de saúde/doença, esta teoria concebe que tais processos são determinados por fatores de ordens universais, particulares e singulares que atuam de forma concorrentes ou complementares. Sendo assim, a teoria aborda os fenômenos de forma integrada e contextualizada, considerando diferentes aspectos da vida e as relações sociais dos indivíduos. Partindo da perspectiva apresentada no documentário sobre Estamira, podemos compreender que fatores como a exclusão/invisibilidade social e a pobreza podem afetar a saúde física e mental de uma pessoa. A falta de recursos e oportunidades, aliados a sucessivos encontros com a violência, podem conduzir a condições patológicas, como a psicose, que afetou a vida da personagem real, que estava inserida em um ambiente insalubre e sem acesso aos cuidados básicos de saúde. Em um primeiro olhar, há uma tendência em pensarmos que o trabalho nesse lugar teve um impacto negativo em sua saúde física e mental. No entanto, ao longo do documentário evidencia-se a perspectiva singular de Estamira sobre o mundo em que percebe-se que sua relação com o aterro sanitário, apesar das condições insalubres, eram para ela valoradas como positivas e produtoras de saúde. Percepção que é possibilitada a partir de suas falas explicitas, mas também por suas relações de amizade e respeito, por seu entendimento da importância

daquele lugar, a qual também é percebida a partir do relato de seus familiares. No aterro, Estamira pode colocar seus pontos de vista em que questiona a política, as normas sociais e culturais, abordando temas como a relação entre o homem e a natureza, a importância da espiritualidade e a necessidade de uma vida simples e autônoma. Estamira viveu boa parte de sua vida em um contexto que poderia ser somente produtor de doenças. No entanto, as relações que a personagem estabeleceu, de forma ativa e independente, possuindo um vasto conhecimento sobre diversos assuntos, autonomia para realizar tarefas cotidianas e o reconhecimento pelos colegas de trabalho e amigos foram fatores que contribuíram para os processos de saúde dentro da realidade e limitações de Estamira.

Piccoli, L. [1](ET); Cioccari, M. C .[1](ET); Idalgo, C. A. W.[1](ET); Bolzan, V. [1](ET); Lago, A. N. [1](ET); Pilger, M.[1](ET); Oliveira, D. C. [1](O).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA EM UM PROJETO SOCIAL: OLHARES, SENSIBILIDADE E ESCUTA

Rocha, R. N., Borges, L. H. L., Silveira, J. F. & Pfitscher, M. de A.

Este trabalho é um relato de experiência e objetiva promover uma reflexão sobre as experiências vivenciadas no campo de estágio institucional supervisionado em psicologia na cidade de Santa Maria -RS realizado em um Projeto Social que está regulamentado como um serviço de proteção social básica pela tipificação de serviços socioassistenciais. Nesta instituição são atendidas crianças e adolescentes de 06 à 17 anos no turno inverso ao escolar e o projeto não recebe financiamento público, sendo mantido por uma organização religiosa. O estágio foi desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2022 e segue em andamento durante o primeiro semestre de 2023. As intervenções promovidas pela instituição, tais como, oficinas de arte, música, futebol, apoio pedagógico e assistência psicossocial produzem diferença na vida de centenas de crianças e adolescentes. Muitas famílias, crianças e adolescentes atendidos chegam ao serviço sem perspectivas de vida, esperança e/ou sonhos, e no decorrer de suas "estadas" juntamente com outros integrantes, começam a desenvolver uma nova visão de mundo, com esperança, sonhos e ideais. A experiência neste contexto institucional nos permitiu compreender e vivenciar a importância das instituições com olhar humanizado e sensível para comunidades vulneráveis socioeconomicamente. Entre os objetivos da instituição a mesma prevê a oportunização de espaços de convivência, fortalecimento de vínculos e possibilita às crianças, adolescentes e famílias atendidas a esperança através de ações e oportunidades que passam pela relação com a arte, a geração de renda, práticas grupais, empreendedorismo, entre outros incentivos. Durante o estágio realizamos uma série de intervenções, entre elas, apresentaremos aqui a intervenção com cartas que consistiu em propor às crianças e adolescentes a escrita de uma carta na qual propomos que escrevessem sobre seus sonhos (da forma como conseguissem se expressar: desenhos, palavras e até mesmo vazios como foi possível encontrar), após o semestre de intervenções ao final do ano de 2022 a carta foi entregue de volta aos mesmos para que pudessem atribuir

novas significações ao olhar para as suas vivências. A experiência com a entrega das cartas foi singular e consistiu em um dispositivo de intervenção psicossocial, assim como outras intervenções realizadas durante a prática de estágio: acolhimentos individuais, grupo com crianças voltados aos afetos e emoções, acompanhamentos terapêuticos nas oficinas, participação de eventos institucionais, reuniões de equipe e reuniões com familiares. A garantia de espaços plurais para infância e adolescência reforçam a necessidade de políticas públicas efetivas, este relato aponta para uma instituição que faz a função de suporte às realidades atendidas. Além disso, concluímos que a prática de estágio com duração de dois semestres nos permite o desenvolvimento constante de reflexões e competências para atuação nos contextos institucionais, comunitários e nas políticas públicas, nos convocando a estar atentos e alertas aos fenômenos sociais, políticos e econômicos que atingem diretamente a vida de grupos mais vulneráveis.

Rocha, Renata Nery [1](ET); Borges, Luis Hailton Lima [1](ET); Silveira, Juliana Freitas (ET); Pfitscher, Mariana de Almeida[1](O).

[1]Curso de Psicologia, Universidade Luterana do Brasil-ULBRA Santa Maria.

JOGOS PARA QUEM JOGA: A REPRESENTATIVIDADE DE MINORIAS SOCIAIS NOS JOGOS DIGITAIS

Vizzotto, R. P., Carvalho, D. I. L. & Pfitscher, M. A.

Os jogos digitais movimentam discussões sobre seus efeitos no comportamento humano. O mundo gamer, em especial composto por jovens e adolescentes, possibilita debates a respeito de raça, gênero ou sexualidade através da representatividade. Minorias sociais, que possuem seus ideais marginalizados pelo sistema dominante social e cultural, foram diretamente impactadas pela maneira como são retratadas neste meio. Este estudo tem como objetivo analisar a representatividade de minorias em jogos eletrônicos e identificar seu impacto social. Método: Trata-se de uma revisão teórica, de caráter exploratório, de averiguação etnográfica, suportada por teóricos da psicologia social crítica. Historicamente marcados por representações hipersexualizadas de corpos femininos, caracterizações humorísticas relacionadas à sexualidades e papéis secundários para minorias raciais, os jogos expõem o que habita o imaginário destes que os consomem e produzem. A conquista de espaços dos movimentos sociais e o aumento do consumo desta mídia por estas minorias oportuniza um momento de virada cultural, produzindo uma rejeição a estes comportamentos e um forte rechaçamento por parte da comunidade. A reivindicação de espaços de protagonismos a personagens que refletem as vivências desses corpos e narrativas que contêm a realidade vivida por estes, tem levado desenvolvedoras a reconsiderar as histórias apresentadas nos jogos. Este movimento se reflete também no âmbito organizacional, tornando a oferta de postos de trabalho para minorias uma preocupação da indústria, o que também leva a produção de jogos que reflitam as experiências por estes vividas. Conclusões: Enxergar-se representado em uma obra pode significar o reconhecimento de vivências, e até mesmo a afirmação de existência de um corpo. Os jogos, em maioria, replicam discursos machistas, LGBTQIA+fóbicos e racistas, ou muitas vezes, invisibilizaram existências que funcionam fora do tido como normal. Movimentos sociais ligados aos temas citados vêm ganhando cada vez mais força e situam-se como formas de reivindicação de lugares e direitos destes sujeitos.

Representar estes sujeitos de maneiras que quebrem a lógica estigmatizante e problemática é um dispositivo importante para a luta contra o preconceito e discriminação e na afirmação de que tais espaços podem e precisam ser ocupados por todos, todas e todes.

Vizzotto, Raphael P.[1](GR); Carvalho, Dayana I. L.[1](GR); Pfitscher, Mariana A. [1](O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Luterana do Brasil.

Trabalho apoiado pelo programa PIBIC-CNPq

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NA PERSPECTIVA DAS VÍTIMAS

Bertim, T. M. & Duarte, A. F.

A pesquisa “Impactos da violência política na perspectiva das vítimas” propõe a escuta de vítimas mulheres da violência política, que tenham se candidatado nas eleições dos anos 2018, 2020, 2022 nos âmbitos municipais, estaduais e/ou federais, na intenção de compreender os impactos desse fenômeno em sua perspectiva. Por violência política, entende-se como uma agressão dirigida à mulher, no intuito de limitar ou impedir sua atuação no meio político, podendo ser de cunho físico, sexual, psicológico, econômico e/ou simbólico. Nesse sentido, esse fenômeno tem tomado força na sociedade, silenciando, banindo e eliminando mulheres de seus espaços de fala, reforçando um entrelace entre a política e a violência, através de discursos que autorizam essa prática. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da violência política na perspectiva das vítimas, e como específicos explicar estratégias de resistência da vítima, investigar as motivações da violência política na perspectiva das vítimas, apontar quais meios possibilitam a propagação da violência política perspectiva das vítimas e examinar se há outros grupos alvos da violência política perspectiva das vítimas. A pesquisa é de ordem qualitativa, com delineamento de estudo de caso exploratório, tendo como base autores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Gustav Le Bon, Silvia Lane, Sigmund Freud, Jacques Lacan, seguindo uma linha psicanalítica da cultura e de análise de discurso. A coleta de dados foi através de entrevistas semi estruturadas, e a partir de uma análise preliminar dos resultados, foi possível identificar a atualização do trauma, pois a violência política é um fenômeno constante, fazendo com que o trauma da vítima esteja sempre se renovando, impossibilitando então uma elaboração da experiência sofrida, e como consequência disso, percebe-se o sofrimento psíquico que isso causa na pessoa alvo; também, identifica-se nesse fenômeno a eliminação do outro através de um discurso fascista. Essas conclusões são parciais, visto que a análise de dados ainda não foi concluída.

Bertim, Tauana M.[1] (GR); Duarte, Andrea F.[1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santo Ângelo.

MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM OLHAR PARA A SAÚDE MENTAL

Pilger, M. E., Idalgo, C. A. W.,Lago, A. N., Bolzan,V. B., Piccoli, L. & Olivira, D. C.

O número de mulheres inseridas nos sistemas penitenciários no Brasil vem crescendo nos últimos anos, sendo este um número expressivo de em média 560% de crescimento entre os anos de 2000 e 2014. Entende-se este fenômeno como um impacto das desigualdades geradas pelo sistema capitalista. O mundo do crime que antes era dominado por homens, hoje vem sendo atravessado por histórias femininas. Por isso, este estudo tem como objetivo compreender questões da saúde mental de mulheres privadas da liberdade, contando com o fato de que estas lidam constantemente com sentimentos de medo, vergonha, insegurança, abandono de familiares e amigos, entre outras situações que podem desencadear sintomas depressivos, ansiosos e até suicidas. O perfil sociocultural de grande parte das mulheres inseridas no sistema é de jovens, negras, solteiras, mãe, com baixa escolaridade, instabilidade financeira e emocional. Além disso, o número de mulheres que apresentam transtornos mentais em situação de privação de liberdade é maior do que homens na mesma situação, isso acontece porque muitas de suas histórias pregressas ao cárcere são marcadas por violência doméstica e vulnerabilidades. Entendemos que a invisibilidade que as mulheres sofrem dentro do sistema é dupla, uma pela diferença de gênero que está instituída desde o seu nascimento, e a outra se dá pelo fato de que por estarem em número menor, em comparação ao número de homens, acabam tendo menos visibilidade e consequentemente menos investimento em suas necessidades básicas. Sendo assim, os principais problemas citados por essas mulheres são: falta de higiene pessoal básica, falta de estrutura física, superlotação, negação de assistência médica, odontológica, psicológica e jurídica, esses pontos demonstram violação dos direitos humanos básicos, que por consequência afetam de forma direta a saúde mental e física. O fato de ficarem afastadas dos filhos e família próxima é muito agravante em seus sintomas, visto que mais de 60% das mulheres em situação de privação da liberdade não recebem nenhum tipo de visita, entende-se que isso ocorre por seu

uma forma de a família punir a mulher tanto por não estar cumprindo seu papel social como mãe e mulher como também pelo seu delito. Diante dos fatores angustiantes e o agravamento de sentimentos de solidão e abandono que mulheres em privação de liberdade carregam, é necessário uma visão ampliada de cuidado com as mesmas, desde a visitação de familiares, fazendo com que as visitas sejam facilitadas para que as mulheres não percam o contato com seus familiares e consigam se conectar com uma rotina diferente das quais estão vivendo no momento, da mesma forma, que ampliar o cuidado de saúde mental direcionado a mulheres, bem como, produtos essenciais de higiene pessoal, o direito de visitação íntima, berçários, espaços de recreação, visto que, o poder público parece ignorar o fato de que mulheres têm necessidades biológicas, e colocam-as nas mesmas condições que homens em privação de liberdade.

Pilger, M. E. [1](ET); Idalgo, C. A. W.[1](ET); Lago, A. N.1(ET); Bolzan,V. B. [1](ET); Piccoli, L.[1](ET); Olivira, D. C. [1](O).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

NOÇÕES DE ESTUPRO COMETIDO POR PAR CONJUGAL

Ferreira, L. S., Lombardo, J. L., Pilger, M. E., Lago, A. N., Bolzan,V. & Roso, P. L.

Compreende-se que as noções de estupro variam de acordo com o meio cultural, social e jurídica onde a vítima está inserida, pensamentos machistas e tradicionais mostram o sexo como “obrigação” para a mulher dentro de seu relacionamento, por isso, muitas vítimas não conseguem perceber a violência sexual que vivem, algumas vezes diariamente, como estupro. Sentimentos como da insegurança, negação e medo faz com que muitas mulheres permanecem submetidas a violência sexual de seu par conjugal. No Brasil, em 2015 no estado do Rio de Janeiro, o delito de estupro foi denunciado por 4.128 mulheres ou tentativa de estupro (484 mulheres). Desse total, 1.465 mulheres (cerca de 32%) tinham relação de proximidade com o autor da agressão. Este trabalho busca analisar a noções de estupro conjugal por mulheres em relacionamentos afetivos, além de discutir e divulgar o assunto, abrindo portas para que mais mulheres compreendam e possam denunciar seus abusadores. Pesquisa em relatos de 506 mulheres nos anos de 2013 e 2014. Destas pesquisas, 35 casos foram encontrados sobre o tema em pesquisa. A partir desse fato, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, de forma voluntária com 08 mulheres, de idade entre 30 a 65 anos, através de gravação de áudio. Entende-se que o reconhecimento do estupro na relação de intimidade é um processo que a vítima enfrenta a compreendê-lo como violência e violação de seus direitos, pois, ocorrem em espaços domésticos e privados, pelo companheiro, que na prática deveria protegê-la. O processo de identificação do abuso, ocorre quando as vítimas entendem que são sujeitos de direito, ou seja, compreendem o ato como violência e encontram maneiras de assegurar seus direitos e segurança, para assim, conseguir reconhecer a violência sexual e denunciar o abusador. No entanto, ocorre a invisibilidade do estupro entre o par conjugal, estando associado ao reforço histórico que o Estado e as legislações, por meio de acusações e modo como são analisadas tais situações, gerando violência institucional e ocultando tais violências, em virtude, da relação de intimidade que a vítima e o abusador possuem. Fica evidente que o estupro em relações dei intimidade, continua sendo algo que se tem

dificuldades de identificar. Na presente pesquisa as mulheres entrevistadas só conseguiram identificar, quando sofreram o mesmo de forma violenta ou com grave ameaça, fato que fortalece o discurso da necessidade de penetrar na intimidade das relações, trazendo à tona a violência que a intimidade pode ocultar.

Ferreira, L. S. [1](ET); Lombardo, J. L. [1](ET); Pilger, M. E. [1](ET); Lago, A. N. [1](ET); Bolzan,V. [1] (ET); Roso, P. L [1](O).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

OLHARES SOBRE MULHERES COM PROBLEMAS DE USO DE DROGAS A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Soares, F. M., Righi, N. & Andreeti, T. O.

Atualmente a problemática do consumo de crack, álcool e outras drogas tem sido parte das discussões no campo da saúde mental, principalmente sobre as propostas de cuidado, porém dentre essas discussões percebe-se que existem algumas invisibilidades manifestadas no cuidado proporcionado pelos serviços de atenção psicossocial relacionada ao gênero, entende-se, por exemplo, que mulheres sofrem uma maior estigmatização e preconceito pelo consumo de drogas. E em consequência dessa estigmatização, as mulheres tornam-se uma população mais difícil de ser acessada pelos serviços de saúde mental e pelas pesquisas. Tendo isso em vista, propomos uma reflexão sobre as representações sociais de mulheres usuárias de drogas e como elas podem atravessar o cuidado das mesmas no sistema de saúde. Este estudo decorre de um projeto de pesquisa, ensino e extensão intitulado "Cuidado na Rede de Atenção Psicossocial", uma parceria entre a Faculdade SOBRESP e a Universidade PUC-RS. Realizou-se uma revisão bibliográfica que recorre a autores da Teoria das Representações Sociais (TRS) e outras produções da psicologia social. Como objetivo principal tem-se, através de um viés crítico e historicizado em relação às representações sociais das mulheres com problemas com drogas, pensar os atravessamentos de suas representações na experiência de acesso à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A TRS nos auxilia a pensar sobre as representações da mulher com problemas com drogas na medida em que desnaturaliza significados, ideias e saberes acerca da temática. Conclui-se, portanto, a necessidade de que ocorra a desconstrução do modo como a mulher usuária de drogas é tomada socialmente, visto que além da inferiorização de suas vidas, produz também um prejuízo ao acesso e uso dos serviços de saúde psicossocial. Partimos do pressuposto de que a desconstrução e desnaturalização das representações hegemônicas sobre as mulheres com problemas com drogas teriam influência benéfica em suas experiências de acesso à RAPS.

Soares, Fernanda M. [1] (GR); Righi, Naiana [1] (GR); Andreeti, Tainara O.[1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Faculdade SOBRESP.

REFLEXÕES SOBRE MENSTRUAÇÃO E CULTURA PATRIARCAL

Pfitscher, M. de A., Roso, A., Costa, A. O., Mello, M. A. B. & Marchezan, A.

No Brasil, estima-se que uma a cada quatro mulheres não possuem condições financeiras para compra de absorventes ou recursos sanitários. Esta tem sido a pauta nomeada como Pobreza Menstrual pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA), onde desdobram dados desta realidade no Brasil: “713 mil meninas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas”. Nesse trabalho, objetivamos pensar na dimensão da coletividade e da experiência para desconstrução de tabus que se perpetuam historicamente quando pensamos na menstruação. Trata-se de um recorte da pesquisa de doutorado “(Sobre)vivências de meninas/mulheres que sangram” que analisa como meninas/mulheres de baixa renda vivenciam a menstruação (pesquisa vinculada ao projeto guarda-chuva “Políticas de Reprodução no Cibermundo: Investigações em Tecnologias Contraceptivas, (In)fertilidade e Representações Sociais de Masculinidades/Feminilidades”). As reflexões realizadas no desenvolvimento da pesquisa nos mostram que ao longo da história, nós, mulheres, sempre fomos relegadas ao “segundo sexo”, conforme nos ensinou Simone de Beauvoir, e, assim, tratadas como patrimônios de um homem que, “vindo antes” (o pai), é o nosso fundador e, portanto, a ele pertencemos. Esse ser “masculino”, forte e dominador, cuidador e provedor de tudo, essa cultura patriarcal, em sua origem, dita as regras sobre o corpo das mulheres desde a antiguidade. Assim, ao longo de nossa jornada, estamos constantemente lutando para refletir sobre nosso próprio corpo, prazer, aceitação, escolhas e autonomia. Se sangramos, somos impuras, desagradáveis, desajeitadas, marginalizadas, impedidas - melhor esconder! Temos urgências em produzir questões sobre estas narrativas que não cabem mais serem sustentadas, e que apagam vivências geracionais e silenciam experiências das mulheres com seus próprios corpos. Assim, a perspectiva decolonial do feminismo abordado por Chris Bobel pensa o sangrar como direito de mulheres/meninas independente de condições socioeconômico-culturais. Igualmente, diz que o “sangrar” ocupa um espaço de

sofrimento coletivo para os corpos sendo causado por estigmas e tabus menstruais que estrutura socialmente o modo como enxergamos e lidamos com esse fenômeno, por consequência nutrindo o apagamento dessa discussão em uma série de espaços e contextos, entre eles o espaço acadêmico. A dificuldade em encontrar estudos articulando psicologia e menstruação alertam para a necessidade de incluirmos discussões políticas e sociais para ampliarmos essa discussão. Por isso, estamos aqui para produzir (des)silenciamentos e atribuir outras significações a essas experiências, mas isso só é possível no campo da coletividade.

Pfitscher, Mariana de Almeida [1](PG); Roso, Adriane. [1](O), Costa, André Oliveira [1](CO); Mello, Maria Antônia Braun [1](IC), Marchezan, Angela [2](C).

[1]Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria; [2]Departamento de Psicologia, Universidade Luterana do Brasil.

Trabalho apoiado e financiado pelo CNPq (Bolsa Pq) e pela UFSM (Edital de Professor Visitante).

ESCUTA AÍ! COMO A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA PODE ENGENDRAR VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES?

Thomas, L., Sanfelice, M., Roso, A., Córdova, A. & Menchik, J.

Este trabalho foi pensado a partir da proposta do Programa de Extensão “ESCUTa-me? Psicologia Clínica Social” e construído com base nos Seminários Temáticos (SemTem), atividades de estudos do Projeto de Ensino “VIDAS. Núcleo De Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica Social”. Os *SemTem* estão vinculados ao projeto de tese de doutorado “Homens e Masculinidades: as representações sociais de homens privados de liberdade sobre a violência contra as mulheres”, que por sua vez, vincula-se ao projeto maior “Sexualidades, Práticas Reprodutivas e Violências...”. Nos encontros semanais, que iniciaram em 11/2023, propomos um diálogo acerca da relação entre masculinidades e violências contra mulheres no Brasil, considerando os fatores sociais, econômicos, políticos e históricos em que vivemos. Embasamo-nos na Teoria das Representações Sociais e em autoras\es feministas para refletir sobre as representações hegemônicas da masculinidade e seu valor em tempos de proliferação de discursos fascistas e misóginos. A partir das leituras e discussões, identificamos que as representações da masculinidade desempenham uma função significativa na forma de como os homens veem a si mesmos e se portam em sociedade. Nesse sentido, propomos a elaboração de um Podcast que visa alcançar a comunidade santa-mariense em geral. Sua construção refletirá sobre a pergunta: Como a masculinidade hegemônica pode engendrar violências contra as mulheres? Espera-se que o material produzido incentive e dialogue sobre a necessidade de repensar a compreensão das masculinidades da sociedade brasileira e propicie buscas por mais inclusão e equidade para todas as pessoas.

Thomas, Laura [1](IC); Sanfelice, Mirela [1](PG); Roso, Adriane [1](O); Córdova, Augusto [1](IC); Menchik, Júlia [2](IC)

[1] Departamento de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal de Santa Maria. [2] Curso de Psicologia - Sobresp.

Trabalho apoiado e financiado pela CAPES (Bolsa de Doutorado e, pelo CNPq (Bolsa Pq)

COMPORTAMENTO SUICIDA NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Monçalves, R. & Gonçalves, C. S..

A saúde mental é um conceito amplo e complexo, que não pode ser reduzido à ausência de transtornos mentais, e sim relacionado à qualidade de vida, envolvendo aspectos individuais, familiares, sociais e culturais. O comportamento suicida é caracterizado enquanto um fenômeno multifatorial e um importante problema de saúde pública, e inclui desde autolesão, ideação suicida, planejamento e suicídio consumado. Este estudo teve o objetivo de realizar um levantamento de publicações que abordem a temática do comportamento suicida no contexto específico da atenção básica em saúde, a fim de fundamentar e direcionar o desenvolvimento de práticas de cuidado da psicologia nos campos de prática da Residência Integrada Multidisciplinar em Saúde Mental Coletiva da UNIPAMPA. Realizamos uma busca no portal Scielo (Scientific Electronic Library Online) a partir dos descritores "Suicídio" AND "Atenção Básica". Posteriormente, em uma nova busca foram utilizados os descritores "suicídio" OR "comportamento suicida" AND "atenção básica". As duas buscas resultaram em quinze artigos, que foram submetidos aos seguintes critérios de inclusão: 1) Ter sido publicado nos últimos dez anos; 2) Ser uma publicação de pesquisadores brasileiros realizada em contexto nacional; 3) Constar no resumo informações que indiquem resultados que respondam à questão de pesquisa. Os critérios de exclusão foram os seguintes: 1) Artigos repetidos; 2) Não possuir texto completo em português, mesmo sendo uma publicação produzida no Brasil. Dez artigos foram descartados, outro por não se tratar do tema de pesquisa, e os demais por se tratarem de publicações duplicadas, totalizando cinco publicações que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. Após a leitura dos artigos na íntegra, podemos constatar que todos salientam a importância da Atenção Básica na abordagem, prevenção e acompanhamento dos casos de autolesões, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídio consumado. Há a prevalência de estudos tendo como foco os profissionais da saúde da atenção básica e as práticas de cuidado direcionadas aos usuários que apresentem questões relacionadas a

comportamento suicida, realizando também o diálogo com profissionais da educação. Ainda, há o predomínio de profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e enfermeiros enquanto participantes dos estudos elencados. A presença de atitudes negativas diante a casos de comportamento suicida também foi constatada, pautadas em significações construídas previamente, sendo este um elemento que deve ser levado em consideração nos programas de educação continuada. Nesse sentido, a atuação da psicologia enquanto apoio matricial para as equipes da atenção básica na abordagem, prevenção e acompanhamento das manifestações do comportamento suicida requer articulação intersetorial dentro da Rede de Atenção à Saúde visando o cuidado integral do usuário orientado pelos princípios e diretrizes do SUS.

Monçalves, Rafaela [1](ET); Gonçalves, Camila S [1](O).

[1]Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, Universidade Federal de Pampa, Campus Uruguaiana; [2] Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana.

Trabalho apoiado pelo programa MS-residência.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Duarte, L., Silva, A. C. P da., Danzmann, P. S., Roso, E. & Patias, N. D.

A Psicologia Escolar e Educacional é definida como uma área de atuação dentro da psicologia que assume um compromisso teórico e prático com as questões relativas à escola, sua dinâmica, seus processos sociais e educacionais e seus resultados, além de manejar as demandas daqueles que estão inseridos no ambiente escolar, seja estudantes, professores, gestores e/ou famílias. Ademais, a extensão universitária é um processo interdisciplinar educativo, que quando realizada no âmbito escolar procura construir espaços que permitam a circulação das percepções de todos os integrantes da escola, além de promover a aproximação dos acadêmicos e dos profissionais com a comunidade. Este estudo trata-se de um relato de experiência sobre as intervenções realizadas em escolas públicas e privada de Santa Maria, por meio de um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O referido relato faz parte do projeto intitulado “Psicologia Escolar e Educacional nas escolas de Educação Básica: diagnóstico e intervenções institucionais (PEDI)”, coordenado pelo Núcleo de Estudos em Contexto de Desenvolvimento Humano: Família e Escola (NEDEFE). As intervenções foram realizadas em quatro escolas da educação básica, sendo três públicas (municipal e estadual) e uma privada. Dentre as temáticas abordadas pode-se citar saúde mental docente, prática de bullying, regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em estudantes. Tais intervenções foram mediadas por profissionais e acadêmicos de psicologia da UFSM e tiveram duração de 1h e 30 min cada encontro. Os principais achados relacionados às intervenções com os professores, indicam que houve total colaboração, assim como se mostraram receptivos às práticas propostas que, geralmente, tiveram como enfoque a saúde mental docente. Nesse sentido, pode-se sentir que a maioria dos professores esperavam pelo espaço de escuta e acolhimento, por ter profissionais e acadêmicos de psicologia introduzidos no ambiente. No geral, as intervenções promoveram um espaço para que os professores pudessem expor suas demandas e preocupações, possibilitando a reflexão e

construção de alternativas e estratégias de enfrentamento das demandas. Por outro lado, no que tange aos estudantes, pode-se perceber o quanto as intervenções foram significativas e fomentaram a construção de estratégias coletivas para lidar com as emoções, práticas de bullying, sintomas de ansiedade e depressão. As intervenções promoveram momentos, nos quais os estudantes puderam expressar seus pensamentos e sentimentos, seja de forma oral, escrita ou por meio de desenhos. Ao final das intervenções, os estudantes relataram pontos positivos quanto ao desenvolvimento das ações enfatizando a importância da escuta e das orientações quanto aos aspectos que envolvem a saúde mental. Por fim, conclui-se que a escola é um ambiente diverso que possibilita o desenvolvimento dos sujeitos que nela estão inseridos, e é perpassada por conflitos e questões socioculturais. Nesse contexto, é essencial a presença cada vez maior do profissional da psicologia de modo a promover espaços de escuta e compartilhamento das percepções e sentimentos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e nas relações interpessoais de todos os agentes escolares.

Duarte, Laura[1] (GR); Silva, Ana C. P da.[1] (CO); Danzmann, Pâmela S.[1] (PG); Roso, Edwin[1] (ET); Patias, Naiana D.[1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

COMPORTAMENTO SUICIDA NA ATENÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Monçalves, R., Gonçalves, C. S.

A saúde mental é um conceito amplo e complexo, que não pode ser reduzido à ausência de transtornos mentais, e sim relacionado à qualidade de vida, envolvendo aspectos individuais, familiares, sociais e culturais. O comportamento suicida é caracterizado enquanto um fenômeno multifatorial e um importante problema de saúde pública, e inclui desde autolesão, ideação suicida, planejamento e suicídio consumado. Este estudo teve o objetivo de realizar um levantamento de publicações que abordem a temática do comportamento suicida no contexto específico da atenção básica em saúde, a fim de fundamentar e direcionar o desenvolvimento de práticas de cuidado da psicologia nos campos de prática da Residência Integrada Multidisciplinar em Saúde Mental Coletiva da UNIPAMPA. Realizamos uma busca no portal Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) a partir dos descritores "Suicídio" AND "Atenção Básica". Posteriormente, em uma nova busca foram utilizados os descritores "suicídio" OR "comportamento suicida" AND "atenção básica". As duas buscas resultaram em quinze artigos, que foram submetidos aos seguintes critérios de inclusão: 1) Ter sido publicado nos últimos dez anos; 2) Ser uma publicação de pesquisadores brasileiros realizada em contexto nacional; 3) Constar no resumo informações que indiquem resultados que respondam à questão de pesquisa. Os critérios de exclusão foram os seguintes: 1) Artigos repetidos; 2) Não possuir texto completo em português, mesmo sendo uma publicação produzida no Brasil. Dez artigos foram descartados, outro por não se tratar do tema de pesquisa, e os demais por se tratarem de publicações duplicadas, totalizando cinco publicações que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. Após a leitura dos artigos na íntegra, podemos constatar que todos salientam a importância da Atenção Básica na abordagem, prevenção e acompanhamento dos casos de autolesões, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídio consumado. Há a prevalência de estudos tendo como foco os profissionais da saúde da atenção básica e as práticas de cuidado direcionadas aos usuários que apresentem questões relacionadas a

comportamento suicida, realizando também o diálogo com profissionais da educação. Ainda, há o predomínio de profissionais Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e enfermeiros enquanto participantes dos estudos elencados. A presença de atitudes negativas diante a casos de comportamento suicida também foi constatada, pautadas em significações construídas previamente, sendo este um elemento que deve ser levado em consideração nos programas de educação continuada. Nesse sentido, a atuação da psicologia enquanto apoio matricial para as equipes da atenção básica na abordagem, prevenção e acompanhamento das manifestações do comportamento suicida requer articulação intersetorial dentro da Rede de Atenção à Saúde visando o cuidado integral do usuário orientado pelos princípios e diretrizes do SUS.

Monçalves, Rafaela [1] (ET); Gonçalves, Camila S.[2] (O).

[1]Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva, Universidade Federal de Pampa, Campus Uruguaiana; [2]Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana.

Trabalho apoiado pelo programa MS-residência.

RELAÇÕES ENTRE NEOLIBERALISMO E FASCISMO: IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Bemgochea Junior, D. P. & Santos, S. S.

Os contextos onde atuamos profissionalmente estão perpassados pelas mais diversas questões econômicas, sociais e políticas. Nossa atuação no campo da psicologia da educação vem despertando, já há algum tempo, o interesse em pesquisar o capitalismo neoliberal e suas relações com o fascismo. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo relacionar capitalismo, fascismo e educação a partir de experiências da pesquisa, do ensino e da extensão. Para isso, optou-se por fazer um relato de experiência, já que são justamente as vivências de campo que dão a tônica do presente escrito. Ao pesquisarmos sobre as violências do Estado (capitalista e neoliberal) no fazer docente, foi possível evidenciarmos algumas características da implementação sutil de práticas fascistas. Talvez fique mais nítido se pensarmos a educação em tempos de “escola sem partido”, por exemplo, ou pelas padronizações impostas por nossos modelos atuais de educação. A ideia de “estudar para ser alguém na vida” (ideais de sucesso e bondade) ou o discurso de que tudo é possível ser alcançado (sentimento de onipotência), bem como o excesso de tecnicismo, remete a uma educação padronizadora, na qual a ideia de que “somos todos iguais” torna-se sedutora. Dessa maneira negamos as diferenças e compramos a ideia de que tudo aquilo que foge deste padrão (o diferente) é ruim e deve ser descartado, ou mesmo aniquilado. Propostas de governo estas, que fazem parte tanto do capitalismo neoliberal quanto do fascismo, se é que é possível separarmos um do outro. Sendo assim, o discurso sedutor (e fascista) do capitalismo neoliberal nos coloca no caminho da barbárie sem que nos demos conta disso, assim, nos tornamos “valorosos peixinhos a nadarem com entusiasmo rumo às gargantas dos tubarões"[2]. Já no contexto de trabalho docente estas imposições são colocadas de maneira vertical pelo Estado. Onde as professoras se vêem sobrecarregadas pelo excesso de trabalho e a falta de tempo, levando-as ao adoecimento e a acreditarem que uma mudança não é possível, outra nítida ferramenta de dominação.

Bemgochea Junior, Danilo P. [1](PG); Santos, Samara S.[1] (O).

PROGRAMA PAPO DE RESPONSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DA PRÁTICA PREVENTIVA

Vargas, L. G & Zappe, J. G.

O Papo de Responsa trata-se de um programa de prevenção à violência consistente na realização de diálogos informais e descontraídos realizados por policiais civis com aluno/as, professores/as e pais/mães/responsáveis dos discentes, principalmente de escolas públicas, acerca de temas-chave à comunidade escolar, como bullying, cultura de paz, entre outros. Originada na Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), que implementou o programa para prevenir principalmente situações de violência interpessoal envolvendo as juventudes, as quais, ao lado dos policiais, estão submetidas a uma lógica de violência responsável por ceifar a vida de ambas as populações, atualmente a prática é realizada também pelas Polícias Civis do Espírito Santo e Rio Grande do Sul (PCES e PCRS) em suas respectivas regiões de abrangência, de acordo com as características de cada localidade de atuação. Nesse sentido, apesar de a intervenção ter sido criada, em sua fase embrionária, em meados de 2003, e todas as instituições seguirem a metodologia difundida pela PCERJ, ainda não se tem uma sistematização dos documentos sobre o Programa, que forneçam maiores detalhamentos sobre sua estrutura, fundamentos metodológicos e resultados obtidos. Diante disso, a presente pesquisa consiste em uma revisão de literatura, que, a partir de fontes distintas, sobretudo documentais, se propõe a reunir, discutir e sistematizar informações sobre o programa, relacionadas a sua estrutura, metodologia, fundamentos e eventuais resultados atingidos até o momento. Historicamente, embora a metodologia do programa Papo de Responsa, constantes da Resolução da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) no 619 (do RJ) e Portaria no 102/2019/CH/PC (da PCRS), seja adotada e reproduzida em todas as polícias civis que firmaram o termo de parceria (PCERJ, PCES e PCRS), ainda não existem fontes mais robustas acerca da prática, que principalmente versem sobre a metodologia da intervenção e seus fundamentos, e sejam capazes de viabilizar certa uniformidade da prática em todas as instituições, a despeito das peculiaridades de cada lugar. Além disso, considerando a sua fase embrionária, o

programa possui cerca de duas décadas de existência e, nesse ínterim, diversos estudos têm sido desenvolvidos com o escopo de compreender e analisar a prática preventiva, no entanto, estão dispersos e pouco difundidos, guardando diferentes finalidades, o que demonstra ainda não existirem fontes suficientes que sistematizem o conhecimento produzido acerca do tema, que indiquem de forma mais efetiva sua estruturação e funcionamento, bem como igualmente os resultados obtidos até o presente momento. Em síntese, ao longo do tempo, o Papo de Responsa tem se mostrado fundamental em dimensões diversas do trabalho policial e para sociedade como um todo, seja ao promover uma relação mais próxima e colaborativa entre policiais e comunidade escolar ampla, seja na construção do pensamento crítico das populações envolvidas na intervenção, contribuindo inclusive para uma maior humanização dos próprios policiais envolvidos nas ações. A partir desta ótica e considerando insuficiência da perspectiva retributiva para atender às atuais demandas, ganha importância o desenvolvimento de pesquisas que visem à reunião e sistematização de informações sobre a prática, capazes de reverberar em ações cada vez mais qualificadas, tanto em efetividade quanto em eficácia.

VARGAS, Lenon G.[1] (PG); ZAPPE, Jana G.[1] (O).

[1]Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

PANDEMIA, TRAUMA E SILENCIAMENTO: UMA ESCUTA DO ADOLESCER EM MEIO A VULNERABILIDADES

Schröpfer, L. C., Zappe, J. G. & Oliveira, A. C.

A vulnerabilidade e a exclusão social são situações que incidem de modo significativo na constituição dos sujeitos, tanto pela sua expansão, que atinge uma expressiva parcela da população brasileira, como também pelas repercussões que se inscrevem no psiquismo. Diante disso, a ética da psicologia e da psicanálise convocam os profissionais a escutar e intervir no sofrimento produzido por tais cenários, considerando suas dimensões sociais e políticas. Reconhecendo a adolescência como um tempo crucial ao desenvolvimento do sujeito, vimos a necessidade de analisar e interrogar como se deu a travessia do adolescer em meio a vulnerabilidades ocasionadas pela pandemia da Covid-19 e pelo contexto social e político que acompanhou o período pandêmico. Para tanto, fomos inspiradas pela metodologia da escuta territorial, que busca compreender como cenários de desamparo e exclusão social incidem na constituição do sujeito, e assim realizamos escutas nas ruas de um bairro em situação de vulnerabilidade social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, onde foram entrevistados adolescentes, moradores do local, bem como sujeitos que trabalhavam em instituições que possuíam contato com os jovens. A pesquisa ocorreu entre agosto e dezembro de 2022, quando íamos semanalmente ao território. Os resultados parciais da pesquisa, elaborados a partir da análise de cinco entrevistas, revelaram que, em um primeiro momento, encontramos um silenciamento sobre a pandemia, pois as narrativas dos sujeitos iam em direção a outras vulnerabilidades que enfrentavam no território, envolvendo principalmente as violências e o tráfico de drogas. Os significantes medo, violência, falta e morte emergiam nos discursos dos sujeitos, mas articulados a vulnerabilidades estruturais presentes no território, sem relação direta com a pandemia. A partir disso, supomos que a pandemia não aparecia nas narrativas de forma explícita por se tratar de uma situação traumática que escapa, ainda, à simbolização. No entanto, considerando que os significantes estão organizados em uma cadeia, na qual está envolvida a causalidade psíquica, compreendemos que tais significantes surgiam em uma tentativa inconsciente de

ir dando sentido à pandemia, mas também demarcando o real da ausência de proteção, marca da pandemia na vida dos adolescentes e das populações mais vulneráveis num país predominado pela desigualdade e pelo descaso governamental, sobretudo durante a pandemia. O fechamento de instituições protetivas como a escola, a exposição às violências em seus lares, a escassez de recursos materiais e alimentares, a exploração do trabalho infantil e a maior suscetibilidade ao contágio pelo vírus são situações que demonstram a desproteção dos jovens, o que contraria o texto constitucional, mas que historicamente se estabelece como resultado de questões estruturais relacionadas a gênero, raça e classe. Nesse contexto, os jovens se encontram desamparados e responsáveis pelo próprio cuidado, sendo observado que a pandemia intensificou um processo de amadurecimento antecipado, levando, inclusive, à privação da adolescência com um tempo de travessia entre a proteção infantil e a independência adulta. Em conclusão, salientamos a importância de reconhecer a responsabilidade ética, social e política de cuidado com os adolescentes, oferecendo a eles escuta, acolhimento, segurança e oportunidades para o desenvolvimento psicossocial.

Schröpfer, Laís C.[1](PG); Zappe, Jana G. [1](O); Oliveira, André C. [1](CO).

[1] Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria.

SOBRE O CUIDADO DE PESSOAS COM PROBLEMA DE USO DE DROGAS A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Bardim, C., Andreeti, T. O., Andreeti, F. & Sefrin, K. S. .

O atual cenário brasileiro de consumo de drogas vem demandando um novo olhar acerca das pessoas com problemas devido ao uso. Porém, geralmente esse olhar ainda gira em torno apenas das consequências de quem faz uso cotidiano de drogas. A partir deste pressuposto, alunos do curso de Graduação em Psicologia, participam de um projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão, intitulado "O cuidado na Rede de Atenção Psicossocial", o projeto é uma parceria entre a Faculdade SOBRESP e a Universidade PUC-RS. Este projeto tem como objetivo entender, conhecer e problematizar o cuidado de pessoas com problema de uso de drogas nos serviços da Rede Atenção Psicossocial (RAPS). As discussões no projeto são embasadas principalmente por meio da Reforma Psiquiátrica e na Teoria das Representações Sociais. A Reforma Psiquiátrica prevê uma transformação no cuidado em saúde mental, e após sua aprovação uma série de portarias têm sido criada, a fim de regulamentar finalidade, financiamento e funcionamento dos serviços de saúde mental, entre elas estão a Portaria 3088/2011, onde em seu Art. 1o fica instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A teoria das representações sociais torna-se importante para pensar esse conhecimento do senso comum, sendo tudo que é produzido socialmente e partilhado, ou seja, conhecimentos sociais, crenças baseadas na cultura e na memória. Deste modo, a partir desse projeto está sendo possível ampliar, (des)construir os conhecimentos de acadêmicos sobre o contexto de uso de drogas, problematizar e potencializar algumas práticas de cuidado, mas principalmente olhar para esse contexto das drogas como uma questão política/social.

Bardim, Cassiane[1] (G); Andreeti, Tainara O.[1] (O); Andreeti, Frances[2] (G); Sefrin, Karine. S. [3] (G).

PATOLOGIAS SOCIAIS E A INCIDÊNCIA EM TRABALHADORES DA SOCIOEDUCAÇÃO

Machado, K. L., Lois, J. M. C., Santos, B. M. D., Bolzan, B. V., Rocha, P. S., Santos, D. F. & Leon, J. L.

Os trabalhadores que atuam na socioeducação apresentam, muitas vezes, dificuldades diantede seu exercício laboral, tais como: remuneração incompatível com o trabalho exigido, equipes com necessidade específica de qualificação e capacitação continuada, uma formação segmentada e desarticulada das políticas sociais e socioeducativas, além da carência de suporte em saúde mental e apoio psicológico. Este ambiente laboral torna-se, por si só, estressante e exaustivo, onde os trabalhadores sofrem as consequências das condições negativas. Assim sendo, este estudo busca conhecer e discutir a incidência de patologias sociais em trabalhadores da socioeducação. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão de literatura narrativa. Os dados foram coletados nas bases de dados científicas Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), no período de 12 a 27 de abril de 2023. Utilizou-se as seguintes palavras-chaves: trabalho (and) socioeducação, na Scielo resultou em 8 artigos, na PePSIC, 8 artigos. Quando relacionou-se a patologias sociais como palavra-chave, zerou a pesquisa. Foram incluídos artigos científicos no idioma português publicados nos últimos cinco anos. Como critério de exclusão, artigos que não responderam aos objetivos da pesquisa; assim, resultaram: 3 artigos. Conforme os achados, sofrimento, perda de sentido do trabalho, estigmatização, falta de relações sócio profissionais pautadas na confiança, no reconhecimento pelo trabalho do outro e cooperação, desmotivação e esgotamento emocional foram relatados pelos trabalhadores da socioeducação. Esse processo de baixa dos níveis de energia laboral pode se caracterizar como uma resposta ao estresse crônico no ambiente de trabalho. Entre os possíveis aspectos do trabalho que causam sofrimento para os trabalhadores, esta a vivência institucionalizadora, que afeta não apenas os adolescentes, mas também os profissionais e a insuficiência dos espaços de escuta entre trabalhadores e gestores, além do julgamento e preconceito da sociedade em geral sobre quem trabalha com adolescentes autores de atos infracionais.

Neste aspecto, quando os indivíduos possuem limitações em suas autonomias, não se reconhecem como contribuintes de uma sociedade, podem vivenciar de modo conjunto, uma patologia social. A escassez de artigos na literatura científica que abordam o tema limitou o desenvolvimento deste estudo, que reafirma por consequência a importância de discuti-lo. Como considerações, ainda, aponta-se que os achados que tratam dos trabalhadores da socioeducação e sua relação com a patologias sociais enfoquem mais aspectos de saúde do trabalhador e psicologia do trabalho, com destaque às dificuldades individuais dos trabalhadores na relação com seu trabalho ou mesmo em uma generalização de patologias psíquicas dos indivíduos, diagnosticadas a partir do modelo biomédico. E menos, uma perspectiva crítica com relação ao contexto social, às patologias da sociedade, atravessadas por suas relações de consumo.

Machado, Katiusci L. [1](O); Lois, Júlia M. C. [1](GR); Santos, Bruna M. D. [1](GR); Bolzan, Bruna V. [1](GR); Rocha, Paula S. [1](GR); Santos, David F. [1](GR); Leon, Jéssica L.[1](GR).

[1]Curso de Psicologia, Faculdade Integrada de Santa Maria.

APÊNDICE 1 – PROGRAMAÇÃO

10 de maio de 2023 – Quarta-feira	
Horário	Descrição
17:00 -20:30	Exposição Fotos Kiss: fotógrafo Dartanhan Baldez Figueiredo (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)
18:00 – 20:30	Mesa de Abertura: Profª Drª – Pró-Reitora de Pós-Graduação Profª Drª Cristina Wayne Nogueira Profª Drª Adriane Roso – Coordenadora do PPG em Psicologia da UFSM. (Local: Auditório Wilson Aita (Centro de Tecnologia - CT). Apresentação Artística: artista Jordana de Moraes. (Local: Auditório Wilson Aita – CT). Conferência de abertura da Jornada: Profª Drª Andréa Máris Campos Guerra (Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mediação: Prof. Dr. André Oliveira Costa. (Local: Auditório Wilson Aita – CT).
11 de maio de 2023 - Quinta-feira	

8:30 - 18:00	Exposição Fotos KISS: Coletivo de Psicanálise de Santa Maria (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)
8:30 - 12:00	Apresentação de trabalhos (Local: Auditório Wilson Aita – CT).
13:00 -15:00	Apresentação de trabalhos (Local: Auditório do Centro de Ciências Sociais e Humanas)
16:30-17:30	Palestra: Leandro Inácio Walter – Conselheiro do CRP (Local: Auditório do Centro de Ciências Sociais e Humanas)

12 de maio de 2023 - Sexta-feira	
8:30-20:30	Exposição Fotos KISS: Coletivo de Psicanálise de Santa Maria (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)
13:30-15:00	Mesa Redonda: Gabriel Rovadoschi e Vanessa Solis Pereira. Mediação: Prof. Dr. André Oliveira Costa (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)
17:00-19:00	Conferência Intermediária: Prof. Dr. Jorge Broide (PUC/SP). Mediação: Prof. Dr. André Oliveira Costa (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)

	Conferência de Encerramento: Profª Drª Aline Calvo Hernández (UFRGS). Mediação: Profª Drª Adriane Roso (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT)
19:00-20:00	Apresentação Cultural: CORAP - Coletivos de resistência artística e cultural de Santa Maria, RS. (Local: Hall do Centro de Tecnologia – CT) Encerramento.

APÊNDICE 2 - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO

Arte:
Cartaz de Divulgação (Paulo Sérgio Carvalho da Costa, 2003).